

# ***Sul América S.A. e Controladas***

*Revisão Limitada das Demonstrações Contábeis  
Individual e Consolidada (Não Auditadas)  
Referente ao Período Findo em 30 de Setembro  
de 2007 e ao Exercício Findo em 31 de Dezembro  
de 2006, e ao Período de Nove Meses Findo  
em 30 de Setembro de 2007 e 2006  
e Parecer dos Auditores Independentes*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes


## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE REVISÃO ESPECIAL

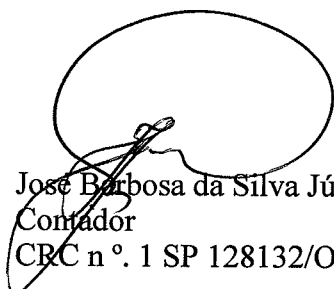
Aos Acionistas e Administradores da  
Sul América S.A.  
Rio de Janeiro – RJ

1. Efetuamos uma revisão limitada das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, da Sul América S.A. (“Companhia”) e controladas levantadas em 30 de setembro de 2007, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2007 e 2006, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e de suas controladas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Não revisamos as demonstrações contábeis das controladas Brasilveículos Companhia de Seguros, Brasilsaúde Companhia de Seguros e Alutrens Participações S.A., referentes ao período de nove meses findos em 30 de setembro de 2007 (Brasilveículos Companhia de Seguros, Brasilsaúde Companhia de Seguros e Brasilseg Participações S.A. referentes ao período de nove meses findos em 30 de setembro de 2006), cujos ativos representavam 15,73% do ativo total consolidado em 30 de setembro de 2007, cujos prêmios de seguros representavam 14,43% dos prêmios de seguros consolidados e cujos resultados credores de equivalência patrimonial totalizavam, na controladora, R\$19.983 mil, referentes ao período de nove meses findo naquela data (Brasilveículos Companhia de Seguros, Brasilsaúde Companhia de Seguros e Brasilseg Participações S.A., cujos prêmios de seguros representavam 14,40% dos prêmios de seguros consolidados e cujos resultados credores de equivalência patrimonial totalizavam, na controladora, R\$19.552 mil, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2006). Essas demonstrações contábeis foram revisadas por outros auditores independentes, e nosso relatório de revisão limitada, no que se refere aos valores dos ativos, dos passivos e dos resultados dessas controladas, está baseado, exclusivamente, nos relatórios de revisão limitada desses auditores independentes.
2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo Ibracon - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, e consistiu, principalmente, da aplicação de procedimentos de revisão analítica dos dados financeiros e indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia e suas controladas, quanto aos critérios adotados na elaboração demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Considerando que esta revisão não representou um exame de acordo com as normas brasileiras de auditoria das demonstrações financeiras, não estamos expressando uma opinião sobre as demonstrações contábeis acima mencionadas.
3. Baseados em nossa revisão limitada e nos relatórios de revisão limitada de outros auditores independentes, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 para que as mesmas estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Os balanços patrimoniais, individuais e consolidados, levantados em 31 de dezembro de 2006, apresentados para fins de comparação, foram por nós auditados, sobre os quais emitimos parecer datado de 23 de fevereiro de 2007, sem ressalvas, mencionando que as demonstrações contábeis das controladas Brasilveículos Companhia de Seguros, Brasilsaúde Companhia de Seguros, e Alutrens Participações S.A foram auditadas por outros auditores independentes, e que nossa opinião, no que se refere aos montantes de ativos, passivos e resultados relativos a esses investimentos, foi baseada, exclusivamente, nos pareceres desses auditores independentes.

Rio de Janeiro, 27 de novembro de 2007.

  
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC n°. 2 SP 011609/O-8 "F" RJ

  
José Barbosa da Silva Júnior  
Contador  
CRC n°. 1 SP 128132/O-0 S/RJ

SUL AMÉRICA S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS  
EM 30 DE SETEMBRO DE 2007 E 31 DE DEZEMBRO DE 2006  
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2007	31/12/2006	30/09/2007	31/12/2006
<u>ATIVO</u>				
ATIVO CIRCULANTE	10.116	24.197	4.352.393	3.968.322
DISPONÍVEL	57	1.109	27.045	74.071
Caixa e bancos	57	1.109	27.045	74.071
APLICAÇÕES (Nota 4.2.3)	2.393	915	2.796.504	2.335.409
Títulos de renda fixa	2.393	915	2.684.467	2.188.732
Títulos de renda variável	-	-	45.511	77.885
Quotas de fundos de investimentos	-	-	65.100	66.078
Outras aplicações	-	-	1.987	3.273
(-) Provisão para desvalorização	-	-	(561)	(559)
CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS	-	-	943.236	936.014
Prêmios a receber (Nota 5)	-	-	933.461	901.161
Operações com seguradoras	-	-	45.387	46.804
Operações com resseguradoras	-	-	37.253	40.950
Outros créditos operacionais	-	-	21.271	21.571
(-) Provisão para riscos de crédito (Nota 5.1)	-	-	(94.136)	(74.472)
CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	-	-	767	-
Valores a receber	-	-	677	-
Créditos de resseguros	-	-	90	-
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER	4.078	22.173	288.787	307.611
Títulos e créditos a receber	1.534	20.314	55.937	66.580
Créditos tributários e previdenciários (Nota 6)	4.078	3.393	138.824	189.454
Outros créditos	-	-	105.419	63.470
(-) Provisão para riscos de crédito	(1.534)	(1.534)	(11.393)	(11.893)
OUTROS VALORES E BENS	-	-	61.697	73.566
DESPESAS ANTECIPADAS	3.588	-	7.306	2.795
DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO DIFERIDAS	-	-	227.051	238.856
Seguros e resseguros (Nota 10)	-	-	224.364	237.102
Previdência complementar (Nota 10.2)	-	-	2.687	1.754
ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.594.425	934.182	4.002.208	4.149.667
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	99.577	24.338	3.673.466	3.812.833
APLICAÇÕES	9	10	1.571.483	1.597.650
Títulos de renda fixa (Nota 4.2.3)	-	-	1.554.773	1.582.156
Títulos de renda variável (Nota 4.2.3)	-	-	120	120
Quotas de fundos de investimentos (Nota 4.2.3)	-	-	11.560	10.766
Outras aplicações	95	95	23.442	24.267
(-) Provisão para desvalorização	(86)	(85)	(18.412)	(19.659)
CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS	-	-	41.026	12
Prêmios a receber (Nota 5)	-	-	68.377	12
(-) Provisão para riscos de crédito (Nota 5.1)	-	-	(27.351)	-

(continua)

SUL AMÉRICA S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE SETEMBRO DE 2007 E 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2007	31/12/2006	30/09/2007	31/12/2006
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER	87.482	24.328	1.897.225	2.072.030
Créditos tributários e previdenciários (Nota 6)	16.028	5.119	774.084	656.122
Depósitos judiciais e fiscais (Nota 15)	418	316	1.387.198	1.538.987
Outros créditos a receber	86.563	23.511	35.886	58.449
(-) Provisão para riscos de crédito (Nota 6)	(15.527)	(4.618)	(299.943)	(181.528)
DESPESAS ANTECIPADAS	12.086	-	12.086	-
DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO DIFERIDAS	-	-	151.646	143.141
Seguros e resseguros (Nota 10)	-	-	150.173	141.463
Previdência complementar (Nota 10.2)	-	-	1.473	1.678
PERMANENTE	1.494.848	909.844	328.742	336.834
INVESTIMENTOS	1.494.813	909.811	134.750	134.894
Participações societárias (Nota 7.1)	1.492.201	906.815	124.417	119.193
Ágio (Nota 7.2)	2.612	2.996	3.844	7.924
Imóveis destinados a renda	-	-	12.613	13.484
Outros investimentos	-	-	15.786	17.884
(-) Provisão para desvalorização	-	-	(14.646)	(16.211)
(-) Depreciação	-	-	(7.264)	(7.380)
IMOBILIZADO (NOTA 7.3)	-	-	155.395	162.136
Imóveis	-	-	138.599	141.137
Bens móveis	-	-	170.163	158.809
Outras imobilizações	-	-	3.210	2.224
(-) Depreciação	-	-	(156.577)	(140.034)
INTANGÍVEL	35	33	323	275
Marcas e patentes	35	33	323	275
DIFERIDO (Nota 7.4)	-	-	38.274	39.529
Despesas de organização, implantação e instalação	-	-	65.889	63.045
Ágio na incorporação	-	-	28.939	28.939
(-) Amortizações	-	-	(56.554)	(52.455)
TOTAL DO ATIVO	1.604.541	958.379	8.354.601	8.117.989

(continua)

SUL AMÉRICA S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS  
EM 30 DE SETEMBRO DE 2007 E 31 DE DEZEMBRO DE 2006  
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2007	31/12/2006	30/09/2007	31/12/2006
<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>				
PASSIVO CIRCULANTE	145.802	22.596	3.679.206	3.807.312
CONTAS A PAGAR	145.802	22.596	640.823	758.645
Obrigações a pagar	1.675	21.273	82.755	98.875
Impostos e encargos sociais a recolher	681	195	63.455	69.953
Encargos trabalhistas	-	-	38.701	26.438
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	143.364	-	311.878	406.951
Impostos e contribuições	82	1.128	90.680	97.777
Outras contas a pagar	-	-	53.354	58.651
DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS	-	-	240.935	254.352
Prêmios a restituir	-	-	8.102	6.578
Operações com seguradoras	-	-	16.811	23.698
Operações com resseguradoras	-	-	57.678	50.083
Corretores de seguros e resseguros	-	-	9.981	4.737
Outros débitos operacionais (Nota 9)	-	-	148.363	169.256
DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	-	-	2.836	2.806
Débitos de resseguros	-	-	174	233
Outros débitos operacionais	-	-	2.662	2.573
DEPÓSITOS DE TERCEIROS (Nota 8)	-	-	26.513	73.345
OUTROS PASSIVOS CONTINGENTES (Nota 15)	-	-	62.381	53.342
Provisões trabalhistas	-	-	3.391	1.777
Provisões cíveis	-	-	58.990	51.565
PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS E RESSEGUROS (Nota 10)	-	-	2.401.497	2.376.222
RAMOS ELEMENTARES E VIDA EM GRUPO	-	-	1.675.663	1.762.704
Provisão de prêmios não ganhos	-	-	1.073.287	1.137.835
Provisão de insuficiência de prêmios	-	-	1.436	1.237
Sinistros a liquidar	-	-	461.871	421.104
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	-	-	135.697	200.826
Outras provisões	-	-	3.372	1.702
SEGURO SAÚDE	-	-	674.165	575.087
Provisão de prêmios não ganhos	-	-	74.552	67.211
Provisão de benefícios concedidos	-	-	4.628	4.445
Sinistros a liquidar	-	-	107.873	113.295
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	-	-	487.112	390.136
VIDA COM COBERTURA DE SOBREVIVÊNCIA	-	-	51.669	38.431
Provisão matemática de benefícios a conceder	-	-	37.902	28.290
Provisão matemática de benefícios concedidos	-	-	155	53
Provisão de riscos não expirados	-	-	210	94
Provisão de excedente financeiro	-	-	5	11
Provisão de eventos ocorridos mas não avisados	-	-	3.697	1.764
Provisão de insuficiência de prêmios	-	-	1.546	1.449
Provisão de benefícios a regularizar	-	-	8.109	6.725
Outras provisões	-	-	45	45

(continua)

SUL AMÉRICA S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS  
EM 30 DE SETEMBRO DE 2007 E 31 DE DEZEMBRO DE 2006  
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2007	31/12/2006	30/09/2007	31/12/2006
PROVISÕES TÉCNICAS - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	-	-	304.221	288.600
PLANOS NÃO BLOQUEADOS (Nota 10.2)			304.221	288.600
Provisão matemática de benefícios a conceder	-	-	250.600	227.511
Provisão de riscos não expirados	-	-	353	329
Provisão de oscilação de riscos	-	-	1	1
Provisão matemática de benefícios concedidos	-	-	36.404	47.851
Provisão de benefícios a regularizar	-	-	1.067	818
Provisão de excedente financeiro	-	-	13.986	10.347
Provisão de eventos ocorridos mas não avisados	-	-	827	760
Outras provisões	-	-	983	983
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	265.305	6.239	3.204.849	3.149.716
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	265.305	6.239	3.204.849	3.149.716
CONTAS A PAGAR	265.305	6.239	1.267.250	1.444.425
Obrigações a pagar (Nota 16)	6.259	6.238	862.571	1.110.656
Tributos diferidos	-	-	52.396	48.719
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	259.045	-	259.045	160.000
Outras contas a pagar	1	1	93.238	125.050
DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS	-	-	2.579	8.322
Outros débitos operacionais (Nota 9)	-	-	2.579	8.322
PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS E RESSEGUROS (Nota 10)	-	-	507.816	433.406
RAMOS ELEMENTARES E VIDA EM GRUPO	-	-	381.702	341.798
Provisão de prêmios não ganhos	-	-	4.955	2.801
Provisão de insuficiência de prêmios	-	-	20.890	20.207
Sinistros a liquidar	-	-	355.857	318.790
SEGURO SAÚDE	-	-	22.019	19.010
Provisão de benefícios concedidos	-	-	6.769	7.352
Sinistros a liquidar	-	-	15.250	11.658
VIDA COM COBERTURA DE SOBREVIVÊNCIA	-	-	104.095	72.598
Provisão matemática de benefícios a conceder	-	-	91.459	59.708
Provisão de insuficiência de prêmios	-	-	12.197	12.459
Outras provisões	-	-	439	431
PROVISÕES TÉCNICAS - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	-	-	1.011.499	897.442
PLANOS NÃO BLOQUEADOS (Nota 10.2)			1.011.499	897.442
Provisão matemática de benefícios a conceder	-	-	716.766	618.697
Provisão de oscilação de riscos	-	-	206	301
Provisão matemática de benefícios concedidos	-	-	237.017	218.633
Provisão de insuficiência de contribuição	-	-	45.910	44.877
Outras provisões	-	-	11.600	14.934

(continua)

SUL AMÉRICA S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE SETEMBRO DE 2007 E 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2007	31/12/2006	30/09/2007	31/12/2006
OUTROS PASSIVOS CONTINGENTES (Nota 15)	-	-	415.705	366.121
Provisões fiscais	-	-	93.405	77.999
Provisões trabalhistas	-	-	44.220	41.202
Provisões cíveis	-	-	278.080	246.920
PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES	-	-	277.112	230.653
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 17)	1.193.434	929.544	1.193.434	930.308
Capital social	765.831	295.098	765.831	295.098
Reservas de capital	26.187	488.611	26.187	499.011
Reservas de reavaliação	143	143	143	143
Reservas de lucros	134.765	143.732	134.765	144.127
Ajustes com títulos e valores mobiliários	3.516	1.960	3.516	1.960
Lucros (prejuízos) acumulados	262.992	-	262.992	(10.031)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.604.541	958.379	8.354.601	8.117.989

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis.



SUL AMÉRICA S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO  
PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2007 E DE 2006  
(Em milhares de reais, exceto onde mencionado)

	Controladora		Consolidado	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>
OPERAÇÕES DE SEGUROS				
PRÊMIOS RETIDOS	-	-	4.893.182	4.746.056
Prêmios de seguros	-	-	5.039.995	4.853.716
Prêmios convênio DPVAT	-	-	193.140	152.345
Prêmios cedidos em co-seguros	-	-	(25.523)	(17.949)
Prêmios cedidos em resseguros	-	-	(207.339)	(159.430)
Prêmios retrocessão	-	-	1.326	1.196
Prêmios cedidos em consórcios e fundos	-	-	(100.886)	(79.555)
Resgates seguro de vida individual/VGBL	-	-	(7.531)	(4.267)
VARIAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS	-	-	24.327	(146.757)
PRÊMIOS GANHOS	-	-	4.917.509	4.599.299
RENDAS COM TAXA DE GESTÃO	-	-	1.063	-
SINISTROS RETIDOS	-	-	(3.386.030)	(3.374.412)
Sinistros diretos	-	-	(3.454.300)	(3.419.537)
Sinistros de consórcios e fundos	-	-	(68.030)	(53.474)
Serviços de assistência	-	-	(32.676)	(47.429)
Recuperação de sinistros	-	-	137.955	117.314
Salvados e ressarcimentos	-	-	126.603	140.109
Varição da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	-	-	(95.582)	(111.395)
DESPESAS COM BENEFÍCIOS	-	-	(13.198)	(1.144)
Despesas com benefícios retidas	-	-	(11.265)	(450)
Varição da provisão de eventos ocorridos mas não avisados	-	-	(1.933)	(694)
DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO (Nota 18.2)	-	-	(512.460)	(504.537)
Comissões	-	-	(512.852)	(524.168)
Recuperação de comissões	-	-	8.891	6.834
Outras despesas de comercialização	-	-	(2.639)	(1.693)
Varição das despesas de comercialização diferidas	-	-	(5.860)	14.490
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS	-	-	(129.324)	(42.892)
Outras receitas operacionais (Nota 18.5)	-	-	95.087	118.563
Outras despesas operacionais (Nota 18.6)	-	-	(224.411)	(161.455)
OPERAÇÕES DE PREVIDÊNCIA				
RENDAS DE CONTRIBUIÇÕES RETIDAS	-	-	95.699	94.348
Rendas de contribuições	-	-	95.699	94.348
VARIAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS	-	-	(14.342)	(15.567)
RENDAS COM TAXA DE GESTÃO	-	-	5.920	-
DESPESAS COM BENEFÍCIOS E RESGATES	-	-	(65.151)	(63.002)
Despesas com benefícios	-	-	(26.842)	(23.583)
Despesas com resgates	-	-	(38.242)	(39.411)
Varição da provisão de eventos ocorridos mas não avisados	-	-	(67)	(8)
DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO (Nota 18.3)	-	-	(2.264)	(2.911)

(continua)

SUL AMÉRICA S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO  
PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2007 E DE 2006  
(Em milhares de reais, exceto onde mencionado)

	Controladora		Consolidado	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS		-	602	447
Outras receitas operacionais	-	-	602	447
Outras despesas operacionais		-	-	-
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	-	-	20.084	14.966
RESULTADO DA ATIVIDADE FINANCEIRA	-	-	17.571	18.298
DESPESAS ADMINISTRATIVAS (Nota 18.4)	(3.228)	(1.012)	(593.481)	(555.895)
DESPESAS COM TRIBUTOS	(1.287)	(123)	(143.918)	(123.022)
RESULTADO FINANCEIRO	<u>(27.027)</u>	<u>301</u>	<u>354.257</u>	<u>218.898</u>
Receitas financeiras (Nota 18.7)	108.655	464	776.767	778.672
Despesas financeiras (Nota 18.8)	(135.682)	(163)	(422.510)	(559.774)
RESULTADO PATRIMONIAL	<u>305.596</u>	<u>87.557</u>	<u>(1.806)</u>	<u>(1.003)</u>
Receitas/despesas com imóveis de renda	-	-	1.124	723
Ajustes de investimentos em controladas e coligadas	305.981	87.854	(552)	(7.926)
Outras receitas/despesas patrimoniais	(385)	(297)	(2.378)	6.200
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	<u>(619)</u>	<u>749</u>	<u>415</u>	<u>(17.247)</u>
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES	<u>273.435</u>	<u>87.472</u>	<u>551.146</u>	<u>244.624</u>
Imposto de renda (Nota 19)	34	1.557	(162.096)	(77.860)
Contribuição social (Nota 19)	(3)	585	(60.756)	(31.365)
Participações sobre o resultado	-	(6.409)	(19.348)	(7.752)
RESULTADO APÓS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES	<u>273.466</u>	<u>83.205</u>	<u>308.946</u>	<u>127.647</u>
Participações de acionistas não controladores	-	-	(49.903)	(46.215)
RESULTADO ANTES DA REVERSÃO DOS JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	<u>273.466</u>	<u>83.205</u>	<u>259.043</u>	<u>81.432</u>
Juros sobre o capital próprio	<u>(10.474)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	<u>262.992</u>	<u>83.205</u>	<u>259.043</u>	<u>81.432</u>
QUANTIDADE DE AÇÕES	<u>206.295.931</u>	<u>12.385.666.207</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
LUCRO LÍQUIDO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$	<u>1.275</u>	<u>7</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## SUL AMÉRICA S.A. E CONTROLADAS

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2007 E DE 2006

(Em milhares de reais)

Descrição	Controladora													Total	
	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva especial de ágio incorporação	Reserva de alienação de ações em tesouraria	Reserva de incentivos fiscais	Total das reservas de capital	Reservas de reavaliação	Reserva legal	Reserva suplementar	Reserva para expansão de negócios	Reserva de lucros a realizar	Total das reservas de lucros	Ajuste com títulos e valores mobiliários		Lucros (prejuízos) acumulados
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005	295.098	-	25.995	462.425	191	488.611	8.452	82	-	-	-	82	(7.523)	-	784.720
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.483	-	9.483
Realização de reserva	-	-	-	-	-	-	(8.309)	-	-	-	-	-	-	8.309	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	155.231	155.231
Proposta para destinação dos lucros:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	-	-	-	7.761	-	-	-	7.761	-	(7.761)	-
Reservas estatutárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	108.145	-	108.145	-	(108.145)	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	19.435	19.435	-	(39.325)	(19.890)
Reserva suplementar	-	-	-	-	-	-	-	-	8.309	-	-	8.309	-	(8.309)	-
Dividendos propostos - R\$1,5055 por lote de mil ações ON e R\$1,6561 por lote de mil ações PN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006	295.098	-	25.995	462.425	191	488.611	143	7.843	8.309	108.145	19.435	143.732	1.960	-	929.544
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.556	-	1.556
Aquisição de ações para manutenção em tesouraria (Nota 17.1)	-	(658)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(658)
Cancelamento das ações em tesouraria (Nota 17.1)	-	658	-	-	-	-	-	-	-	(658)	-	(658)	-	-	-
Aumento de capital conforme AGE de 24 de setembro de 2007 (Nota 17.1)	470.733	-	-	(462.424)	-	(462.424)	-	-	-	-	-	-	-	(8.309)	-
Reversão da reserva suplementar (Nota 17.1)	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.309)	-	-	(8.309)	-	8.309	-
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	262.992	262.992
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2007	765.831	-	25.995	1	191	26.187	143	7.843	-	107.487	19.435	134.765	3.516	262.992	1.193.434

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis

SUL AMÉRICA S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS  
PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2007 E DE 2006  
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	262.992	83.205	259.043	81.432
MAIS				
Participações de acionistas não controladores	-	-	46.459	25.969
Depreciações e amortizações	-	-	23.281	21.663
Juros e variações monetárias de empréstimos	3.688	-	28.606	47.719
Resultado negativo de equivalência patrimonial	-	-	-	-
Amortizações de ágio	385	385	4.081	4.081
Prejuízo na venda de investimentos ou imobilizado	-	-	48	3.750
Juros e variações monetárias sobre provisões para contingências e obrigações fiscais	28	50	70.368	189.871
Perda de capital	619	-	-	-
Oscilação cambial	-	-	112	16
MENOS				
Resultado positivo de equivalência patrimonial	(305.981)	(87.854)	(9.600)	(185)
Juros e variações monetárias de empréstimos	-	-	-	-
Lucro na venda de investimentos ou imobilizado	-	-	(368)	(523)
Juros e variações monetárias sobre depósitos judiciais, provisões para contingências e obrigações fiscais	(28)	(50)	(82.704)	(201.359)
Ganho de capital	-	(758)	-	-
Reversão da provisão para perda de investimentos	-	-	(401)	(8.269)
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Variação das aplicações	(1.477)	(497)	(434.928)	(289.312)
Variação dos créditos das operações	-	-	(49.003)	(93.062)
Variação de títulos e créditos a receber	(45.031)	5.023	260.261	(136.877)
Variação de outros valores e bens	-	-	11.869	(13.459)
Variação das despesas antecipadas	(15.674)	-	(16.597)	1.436
Variação das despesas de comercialização diferidas	-	-	3.300	(17.642)
Variação de contas a pagar	(20.165)	6.179	(324.332)	146.179
Variação de empréstimos e financiamentos	(17.591)	-	(50.714)	(32.041)
Variação de débitos de operações com seguros e resseguros	-	-	(19.160)	(30.398)
Variação de débitos de operações com previdência	-	-	30	(323)
Variação de depósitos de terceiros	-	-	(46.832)	(22.979)
Variação de provisões técnicas - Seguros e resseguros	-	-	99.685	303.994
Variação de provisões técnicas - Previdência complementar	-	-	129.678	103.715
Variação de outros passivos contingentes	-	-	29.690	(39.295)
Variação de ajustes de TVM (PL)	1.556	502	1.556	502
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(136.679)	6.185	(66.572)	44.603
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Recebimento pela venda de ativo permanente	23.000	-	4.042	15.257
Pagamento pela compra de ativo permanente	(313.502)	(45.821)	(17.480)	(29.080)
Dividendos/juros sobre capital próprio recebidos de controladas e coligadas	10.474	39.585	4.376	290
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(280.028)	(6.236)	(9.062)	(13.533)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Aumento de capital	-	-	-	-
Juros sobre o capital pagos	-	-	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-
Aquisição/(pagamento) de empréstimos	416.313	-	26.081	(50.479)
Constituição de reservas	(658)	-	2.527	1.773
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	415.655	-	28.608	(48.706)
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) NAS DISPONIBILIDADES	(1.052)	(51)	(47.026)	(17.636)
DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO PERÍODO	1.109	116	74.071	63.311
DISPONIBILIDADES NO FIM DO PERÍODO	57	65	27.045	45.675
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) NAS DISPONIBILIDADES	(1.052)	(51)	(47.026)	(17.636)

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## SUL AMÉRICA S.A. E CONTROLADAS

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2007 E 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2007 E 2006

(Em milhares de reais, exceto onde mencionado)

---

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Sul América S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 13 de março de 1978, com sede no Estado do Rio de Janeiro. Participa, por intermédio de suas controladas diretas e indiretas, nos segmentos de seguros elementares, vida, saúde e previdência complementar, prestação de serviços de assistência à saúde, bem como na administração de recursos de terceiros e administração de fundos de investimentos.

#### 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis anexas foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Essas demonstrações contábeis incorporam as alterações introduzidas pelos seguintes principais normativos contábeis:

- Circular nº 334, de 2 de janeiro de 2007, emitida pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), que instituiu o novo plano de contas e modelo de publicação das demonstrações financeiras das sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar a partir de 1º de janeiro de 2007;
- Instrução Normativa nº 9, de 14 de fevereiro de 2007, emitida pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), que instituiu o novo plano de contas e modelo de publicação das demonstrações contábeis das operadoras de planos de saúde a partir de 1º de janeiro de 2007.

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2006 e as demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos referentes ao período findo em 30 de setembro de 2006, apresentadas para fins de comparação, foram reclassificadas quando aplicável, para permitir aos usuários a comparabilidade com o período corrente.

As referidas demonstrações contábeis compreendem os balanços patrimoniais em 30 de setembro de 2007 e 31 de dezembro de 2006, e as demonstrações de resultado para os períodos findos em 30 de setembro de 2007 e 2006 da Sul América S.A. e suas controladas diretas e indiretas a exceção da controlada Corcovado S.A. cuja data-base é 31 de agosto de 2007 para o balanço patrimonial de 30 de setembro de 2007, 30 de novembro de 2006 para o balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2006 e 31 de agosto de 2006 para o período findo em 30 de setembro de 2006.

Relacionamos a seguir as empresas consolidadas:

<u>Empresas</u>	Participação (%) sobre o capital total		Participação (%) sobre o capital total	
	30 de setembro de 2007		31 de dezembro de 2006	
	<u>Direta</u>	<u>Indireta</u>	<u>Direta</u>	<u>Indireta</u>
Sul América Companhia Nacional de Seguros	23,76	73,18	23,98	72,89
Saepar Serviços e Participações S.A.	99,93	-	99,86	-
Brasilsaúde Companhia de Seguros (III), (V)	-	49,06	-	49,17
Sul América Seguros de Vida e Previdência S.A.	-	98,02	-	98,26
Sul América Companhia de Seguro Saúde	32,70	65,32	33,33	64,93
Sul América Companhia de Seguros Gerais (II)	-	96,94	-	48,43
Brasilveículos Companhia de Seguros (I), (V)	-	29,08	-	29,06
Sul América Investimentos e Participações S.A.	-	98,02	-	98,26
Sul América Serviços Médicos S.A.	-	98,02	-	98,26
Sul América Seguro Saúde S.A.	-	98,02	-	98,26
Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	-	98,02	-	98,26
Cival Reinsurance Company Ltd.	-	97,62	-	97,68
Sul América Santa Cruz Participações S.A.	-	97,62	-	97,68
Sul América Serviços de Saúde S.A. (IV)	-	98,02	-	98,26
Executivos S.A. Administração e Promoção de Seguros	-	98,02	-	98,25
Sul América International Limited	-	98,02	-	98,26
Corcovado S.A.	-	95,77	-	95,70
Alutrens Participações S.A. (V)	-	14,35	-	14,34

- (I) Em 30 de setembro de 2007, a Sul América S.A. tem, direta e indiretamente, 96,94% da Sul América Companhia Nacional de Seguros (96,87% em 31 de dezembro de 2006), que tem 60,00% de participação no capital votante da Brasilveículos Companhia de Seguros (mesmo percentual em 31 de dezembro de 2006);
- (II) Em 31 de julho de 2007, a controlada Sul América Companhia Nacional de Seguros adquiriu as ações possuídas pela Gerling-Kozer Welt Service Aktiengesellschaft correspondente a sua participação na Gerling Sul América S.A – Seguros Industriais. Em 8 de agosto de 2007, em Assembléia Geral Extraordinária, foi aprovada a alteração da denominação social da controlada indireta de Gerling Sul América S.A – Seguros Industriais para Sul América Companhia de Seguros Gerais;
- (III) Em 30 de setembro de 2007, a Sul América S.A. tem, indiretamente, 98,02% da Sul América Serviços Médicos S.A. (98,26% em 31 de dezembro de 2006), que tem 50,05% de participação direta no capital votante da Brasilsaúde Companhia de Seguros (mesmo percentual em 31 de dezembro de 2006);
- (IV) Em 22 de maio de 2007, em Assembléia Geral Extraordinária, foram aprovadas: (i) alteração da denominação social da controlada indireta Sul América Participações S.A. para Sul América Serviços de Saúde S.A., (ii) alteração do objeto social para administração de serviços médicos, planejamento, assessoria e coordenação de planos de saúde e de outros benefícios, assessoria e regulação na liquidação de sinistros no ramo de seguro de assistência médica e/ou hospitalar e seguro saúde, e (iii) transferência da sede da controlada para o Estado de São Paulo.

- (V) As demonstrações contábeis dessas companhias referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2007 e ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006 foram revisadas e auditadas, respectivamente, pela BDO Trevisan Auditores Independentes, cujos relatório de revisão especial e parecer, respectivamente, foram emitidos sem ressalvas. O responsável técnico foi Mateus de Lima Soares – CRC RJ 1 RJ079681/O-0 para as demonstrações contábeis referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2007 e José Luiz de Souza Gurgel – CRC RJ 087339/O-4 para as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006.

## 2.1. Principais Práticas Adotadas na Consolidação

- (a) Eliminação dos saldos das contas entre a Controladora e as empresas controladas incluídas na consolidação, bem como das contas mantidas entre as controladas;
- (b) Eliminação dos investimentos da Controladora nas empresas controladas incluídas na consolidação e dos investimentos entre as controladas;
- (c) Destaque nos balanços patrimoniais e nas demonstrações de resultado da parcela correspondente à participação de acionistas não controladores;
- (d) Consolidação dos fundos de investimento exclusivos;
- (e) A controlada indireta Alutrens Participações S.A. é consolidada pelo método de consolidação proporcional, utilizando-se o percentual de participação sobre o capital social. A Alutrens Participações detém 10% do capital social da Telemar Participações S.A. Abaixo, o balanço patrimonial resumido da Companhia em 30 de setembro de 2007 e 31 de dezembro de 2006:

	ATIVO			PASSIVO	
	30 de setembro de 2007	31 de dezembro de 2006		30 de setembro de 2007	31 de dezembro de 2006
Circulante	235	186	Circulante	14	-
Não circulante	244.449	234.230	Patrimônio líquido	<u>244.670</u>	<u>234.416</u>
Permanente	<u>244.449</u>	<u>234.230</u>			
Total do ativo	<u>244.684</u>	<u>234.416</u>	Total do passivo	<u>244.684</u>	<u>234.416</u>

## 2.2. Conciliação do Resultado

Os resultados da Controladora e do consolidado estão conciliados a seguir:

	30 de setembro de 2007	30 de setembro de 2006
Lucro líquido - Controladora	262.992	83.205
Constituição de reserva de incentivos fiscais	(3.185)	(1.773)
Ganho com cessão de crédito	<u>(764)</u>	<u>-</u>
Lucro líquido – Consolidado	<u>259.043</u>	<u>81.432</u>

## 2.3. Conciliação do Patrimônio Líquido

O Patrimônio líquido da Controladora e do consolidado estão conciliados a seguir:

	30 de setembro de 2007	31 de dezembro de 2006
Patrimônio líquido da Controladora	1.193.434	929.544
Perda com cessão de crédito	<u>-</u>	<u>764</u>
Patrimônio líquido do Consolidado	<u>1.193.434</u>	<u>930.308</u>

## 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis mais relevantes adotadas pela Controladora e suas controladas diretas e indiretas são:

### a) Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência, exceto para as contribuições previdenciárias, e considera:

- Os prêmios de seguros são contabilizados a partir da data de emissão das apólices/faturas como Prêmios Diretos. Os prêmios de seguros para os ramos que têm emissão antecipada ao período de cobertura de risco são reconhecidos no resultado a partir do início do período de vigência. Os prêmios de seguros relativos a riscos vigentes, cujas apólices/faturas ainda não foram emitidas, são calculados atuarialmente;
- As importâncias recebidas a título de contribuições previdenciárias são contabilizadas como Rendas de Contribuições Retidas pelo regime de caixa. Os direitos desses contribuintes são refletidos nas provisões técnicas mediante débitos a resultado;



- As comissões referentes aos produtos de seguros são diferidas e amortizadas, exceto para os ramos de riscos decorridos, com base no prazo de vigência dos contratos de seguros, e são contabilizadas na rubrica Despesas de Comercialização Diferidas – Seguros e Resseguros. As comissões relativas aos ramos de riscos decorridos não são diferidas. As comissões relativas a riscos vigentes, cujas apólices/faturas ainda não foram emitidas, são calculadas atuarialmente. As parcelas das comissões, que serão amortizadas após 12 meses, são contabilizadas na rubrica Despesas de Comercialização Diferidas – Seguros e Resseguros, no ativo não circulante;
- As comissões referentes aos planos de previdência privada até 31 de dezembro de 2005 eram diferidas e amortizadas em 12 meses. A partir de janeiro de 2006 as comissões passaram a ser diferidas e amortizadas pelo prazo de médio de permanência dos participantes nos planos. As comissões são contabilizadas na rubrica Despesas de Comercialização Diferidas – Previdência;
- Os custos de angariação referentes aos produtos de seguros, são diferidos e amortizados pelo prazo médio da permanência dos segurados em carteira, considerando a vigência das apólices e o prazo de cobertura à qual a despesa de comercialização se refere, e a expectativa de cancelamento ou não renovação das apólices. Os custos de angariação, que serão amortizados após os próximos 12 meses, são classificados na rubrica Despesas de Comercialização Diferidas – Seguros e Resseguros, no ativo não circulante;
- O cálculo dos juros sobre o capital próprio tem como base a variação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP sobre o patrimônio líquido, limitado a 50% do lucro do período antes do imposto de renda ou 50% dos lucros acumulados e das reservas de lucros, podendo ser utilizado o maior entre os dois limites, conforme legislação vigente. Os juros sobre o capital próprio creditados são registrados nas despesas financeiras e os juros recebidos nas receitas financeiras e, para fins de divulgação das demonstrações contábeis, são apresentados a débito de lucros acumulados e a crédito de investimentos, respectivamente, tendo como contra-partida na última linha da demonstração do resultado antes do saldo da conta lucro líquido do período.

(b) Balanço Patrimonial

- Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após os próximos 12 meses, são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente;
- As transações em moeda estrangeira são contabilizadas pela taxa de conversão do dia da transação. Ativos ou passivos denominados em moedas estrangeiras são convertidos utilizando-se a taxa de câmbio em 30 de setembro de 2007 e 31 de dezembro de 2006. As variações cambiais são reconhecidas nas demonstrações de resultado;
- Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices definidos legalmente ou em contrato.

### 3.1. Ativos Circulante e Não Circulante

Demonstrados ao valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os respectivos rendimentos e variações monetárias ou cambiais auferidos em 30 de setembro de 2007 e 31 de dezembro de 2006:

- As aplicações financeiras estão classificadas e avaliadas de acordo com a intenção de negociação nas seguintes três classificações:
  - Títulos e valores mobiliários para negociação - Os títulos e valores mobiliários, adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no período, ajustados ao valor de mercado e classificados no ativo circulante. Os rendimentos, as valorizações e desvalorizações sobre esses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado.
  - Títulos e valores mobiliários disponíveis para a venda - Os títulos e valores mobiliários, que não se enquadram nas categorias para negociação nem como mantidos até o vencimento, são contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado, e ajustados aos correspondentes valores de mercado. As valorizações e desvalorizações não realizadas são reconhecidas, em conta específica, no patrimônio líquido, líquidas dos seus correspondentes efeitos tributários, e quando realizadas, são apropriadas no resultado, em contra partida da conta específica do patrimônio líquido.
  - Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento - Os títulos e valores mobiliários, para os quais a Controladora e suas controladas diretas e indiretas possuem a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são contabilizados pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado.
- Os prêmios fracionados são contabilizados como Prêmios a Receber, no ativo circulante e baixados de acordo com os recebimentos das parcelas;
- Os créditos tributários de imposto de renda e da contribuição social diferidos foram constituídos com base nas alíquotas vigentes em 30 de setembro de 2007 e 31 de dezembro de 2006.

### 3.2. Permanente

Demonstrados ao custo, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, ou reavaliado e quando aplicável, reduzido de provisão para desvalorização, combinado com os seguintes aspectos:

- As participações acionárias permanentes em controladas e relevantes em coligadas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

- As demonstrações contábeis das controladas estrangeiras são convertidas às práticas contábeis adotadas no Brasil com a finalidade de manter a consistência com as demais companhias. Estas demonstrações são convertidas em Reais, utilizando-se a taxa de câmbio em vigor nas datas de encerramento dos balanços, conforme publicado pelo Banco Central do Brasil - (BACEN). Os ganhos e as perdas apurados na conversão dessas demonstrações contábeis, provenientes dos efeitos da desvalorização (ou valorização) das moedas dos países sede de cada controlada estrangeira em relação ao Real, são reconhecidos no resultado na rubrica Receitas/(Despesas) Financeiras. Nota (7.1);
- A depreciação do imobilizado é calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens. Nota (7.3);
- A depreciação dos imóveis destinados à renda, classificados no investimento, é calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada em 25 anos;
- A amortização do diferido é calculada pelo método linear, com base nas taxas mencionadas na Nota (7.4).

### 3.3. Passivos Circulante e Não Circulante

Demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias ou cambiais incorridos:

- Os depósitos de terceiros referem-se, principalmente, aos prêmios recebidos cujas apólices ainda não foram emitidas e às parcelas ainda não baixadas de prêmios a receber;
- A provisão para imposto de renda e a provisão para contribuição social foram constituídas pelas alíquotas vigentes em 30 de setembro de 2007 e 31 de dezembro de 2006;
- A provisão de prêmios não ganhos é constituída pelo método pro rata dia, tomando-se por base as datas de início e fim do período de vigência dos contratos de seguros;
- A provisão de prêmios não ganhos para os riscos vigentes mas não emitidos é calculada com base no percentual de atraso esperado, baseado na média ponderada de atrasos observados nos últimos 12 meses em relação à provisão de prêmios não ganhos para os riscos vigentes e emitidos;
- A provisão de insuficiência de prêmios é calculada de forma a cobrir possíveis insuficiências da provisão de prêmios não ganhos para arcar com os compromissos futuros. Desta forma, a provisão de insuficiência de prêmios tem como base estudo atuarial que considera o valor presente dos sinistros e despesas futuras, deduzidos os correspondentes prêmios futuros. A sua contabilização foi necessária, somente, para determinados produtos dos ramos de seguro de vida e vida com cobertura de sobrevivência, considerando uma expectativa de permanência dos segurados em carteira;

- A provisão de sinistros a liquidar é constituída pela estimativa do valor a indenizar, calculada com base nos avisos de sinistros recebidos, e é ajustada, periodicamente, com base nas análises efetuadas pelas áreas técnicas. Para os seguros de automóveis e ramos industriais e comerciais, a provisão de sinistros a liquidar é ajustada com base na estimativa final de sinistros já ocorridos e ainda não pagos, que é calculada com base em método estatístico que observa o desenvolvimento histórico do comportamento da provisão de sinistros a liquidar e dos pagamentos de sinistros;
- A provisão de benefícios a conceder, relativa aos planos de previdência complementar e seguros de vida com cobertura de sobrevivência, é calculada com base nas movimentações financeiras de cada participante. A alocação contábil no passivo circulante e não circulante tem como base o fluxo de caixa projetado de benefícios a pagar, para os próximos exercícios, que considera premissas atuariais, tais como tábua de mortalidade, idade de entrada em aposentadoria e outras;
- A provisão de benefícios concedidos, relativa aos planos de previdência complementar e seguros de vida com cobertura de sobrevivência, é calculada com base no valor presente da expectativa de benefícios futuros para os participantes que já estão em fase de recebimento do benefício, estimada a partir das tábuas de mortalidade e de garantia de juros contratados;
- A provisão de excedentes financeiros, relativa aos planos de previdência, é calculada com base nos rendimentos que excedem aos juros e/ou à atualização monetária garantidos nos planos;
- A provisão de benefícios a regularizar, relativa aos planos de previdência complementar, vida com cobertura de sobrevivência e seguro de vida, corresponde ao total dos benefícios de pecúlios e rendas vencidos e não pagos aos participantes e beneficiários em decorrência de eventos ocorridos até 30 de setembro de 2007 e 31 de dezembro de 2006, incluindo a atualização monetária;
- A provisão de oscilação de riscos tem como objetivo reduzir o risco de eventuais oscilações no volume dos sinistros dos planos de previdência complementar. A provisão de oscilação de riscos é calculada de forma estocástica, com base nas oscilações de sinistralidade históricas, e garante uma provisão suficiente para reduzir a probabilidade de ruína da carteira a um por cento (1%);
- A provisão para despesas administrativas, relativa aos planos de previdência complementar, é calculada com base no valor presente das despesas administrativas estimadas para os pagamentos de futuros benefícios, incluindo premissas de persistência dos participantes na carteira e de entrada em fase de concessão de benefícios;

- A provisão de insuficiência de contribuições, relativa aos planos de previdência complementar, é calculada com base na diferença entre o valor contabilizado em 30 de setembro de 2007 e 31 de dezembro de 2006, da provisão matemática de benefícios a conceder, da provisão matemática de benefícios concedidos, e da provisão de riscos não expirados e os seus valores recalculados com base em expectativas comportamentais futuras de mortalidade, calculada a partir da tábua de mortalidade AT83-Male, e persistência esperada, sem utilizar-se dos rendimentos financeiros futuros esperados sobre os investimentos associados a tais provisões;
- A provisão de sinistros ocorridos mas não avisados – (IBNR) é constituída com base no comportamento histórico de avisos de sinistros, utilizando-se triângulos de run-off e ajustada por método estatístico para incluir o desenvolvimento futuro desses sinistros. Com relação ao ramo DPVAT, o IBNR foi constituído conforme determina a Resolução nº 138/05, emitida pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - (CNSP), alterada pela Resolução CNSP nº 144/06 até 31 de dezembro de 2006. A partir de 1º de janeiro de 2007, esta provisão passou a ser constituída com base na Resolução CNSP nº 151/06;
- A provisão de eventos ocorridos mas não avisados para os negócios de vida individual e benefícios de risco de previdência, é constituída com base nos percentuais de prêmios ou sinistros estabelecidos pela SUSEP, conforme a Circular SUSEP nº 288, de 1º de abril de 2005;
- A provisão de oscilação financeira - (POF), relativa aos planos de previdência complementar, contabilizada na rubrica Outras Provisões, no passivo não circulante, é calculada com objetivo de dar cobertura a eventuais descolamentos entre o índice de inflação estabelecido no plano e a variação anual dos benefícios de aposentadoria pagos pelo INSS, conforme condições específicas de contrato coletivo mantido pela controlada indireta Sul América Seguros de Vida e Previdência S.A. A metodologia considera taxa de juros de 6%a.a., de acordo com garantia mínima definida em nota técnica atuarial, e cenários estocásticos de índices de inflação;
- A provisão de riscos não expirados é constituída pelo método pro rata dia, tomando-se por base as datas de início e fim do período de vigência dos contratos de seguros de vida individual e previdência complementar;
- A provisão de riscos não expirados para riscos vigentes mas não recebidos é calculada com base no percentual de atraso esperado, baseado na média ponderada de atrasos observados nos últimos 12 meses em relação às contribuições/prêmios emitidos;
- As provisões para as contingências de naturezas cível e trabalhista, objeto de contestação judicial, e as provisões de sinistros a liquidar em disputa judicial são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - (INPC) e por juros de 0,5% ou 1% ao mês. A partir de 31 de março de 2007, as causas de natureza trabalhista passaram a ser atualizadas com base na tabela única de atualização e conversão de débitos trabalhistas. Estas

provisões são contabilizadas, com base nas opiniões do Departamento Jurídico Interno, dos consultores legais independentes e da Administração sobre o provável resultado dos processos judiciais e com base em percentuais específicos, por probabilidade de perda, obtidos a partir da análise do histórico de pagamentos efetuados de abril de 2004 a setembro de 2005, totalizando 18 meses. Em dezembro de 2006, a referida análise foi atualizada a partir do histórico de pagamentos efetuados de abril de 2004 a setembro de 2006, totalizando 30 meses. Os referidos percentuais foram atuarialmente calculados a partir da análise da relação dos valores referentes aos processos encerrados, por êxito, acordo judicial ou condenação judicial e as suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. As provisões para contingências estão contabilizadas nas rubricas Outros Passivos Contingentes, no passivo circulante e não circulante, e na rubrica Sinistros a Liquidar, no passivo circulante e no passivo não circulante, e consideram os valores atuais das referidas contingências. Os respectivos honorários de sucumbência estão contabilizados na rubrica Outras Contas a Pagar no passivo circulante e não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica Depósitos Judiciais e Fiscais no ativo não circulante e são atualizados monetariamente, pela Taxa Referencial - (TR) e pela Taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - (SELIC);

- As provisões para as contingências relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pela TR e SELIC e, são contabilizadas com base nas opiniões do Departamento Jurídico interno, dos consultores legais independentes e da Administração sobre o provável resultado dos processos judiciais. A Controladora e suas controladas diretas e indiretas adotam o procedimento de provisionar a totalidade das contingências tributárias, cuja probabilidade de perda foi considerada provável e uma parcela das contingências, definida a partir de uma análise individualizada de cada processo judicial, para as demais causas. Em conformidade com a Norma e Procedimento de Contabilidade - (NPC) nº 22, emitida pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – (IBRACON) e com a Deliberação nº 489/2005, emitida pela Comissão de Valores Mobiliários – (CVM), os valores referentes aos questionamentos relativos à ilegalidade ou inconstitucionalidade de tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, anteriormente classificados na rubrica Contingências Fiscais, estão sendo apresentados na rubrica Contas a pagar - Obrigações a Pagar, no passivo não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica Depósitos Judiciais e Fiscais, no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente pela TR e pela SELIC.

A reclassificação dos depósitos judiciais, classificados no ativo, para o passivo, como redutor das contas Outros Passivos Contingentes e Obrigações a Pagar, previsto neste normativo, no entanto, não foi efetuada em função de não estar prevista no plano de contas e modelo de publicação das demonstrações contábeis instituídos pela SUSEP e pela ANS.

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração da Controladora e suas controladas diretas e indiretas se baseiem em estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subseqüentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações contábeis referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da provisão para perdas sobre créditos e outros ativos, das provisões técnicas, do diferimento e amortização das despesas de comercialização e da provisão para contingências.

## 4. APLICAÇÕES

### 4.1. Instrumentos Financeiros

Os principais riscos decorrentes dos negócios da Controladora e suas controladas diretas e indiretas são os riscos de juros, de crédito, de liquidez e de taxa de câmbio. A administração desses riscos envolve diferentes departamentos do Sistema SulAmérica Seguros, e contempla uma série de políticas e estratégias consideradas adequadas pela sua Administração.

- Risco de juros

As controladas diretas e indiretas adotam um processo de mensuração e monitoramento do risco de flutuação nas taxas de juros e dos prazos em condições normais e adversas de mercado.

- Risco de crédito

A política de crédito considera as peculiaridades das operações de seguros e é orientada de forma a manter a flexibilidade exigida pelas condições de mercado e as necessidades dos clientes. As controladas diretas e indiretas mantêm um plano de alçadas para as operações de aceitação dos riscos e emissão das respectivas apólices de seguros, que contemplam também a análise do histórico de crédito do cliente e a exposição ao risco de cada operação. A metodologia de apuração da Provisão para Riscos de Crédito está descrita na Nota (5.1).

- Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e obrigações da Controladora e das suas controladas diretas e indiretas, assim como a liquidez dos seus instrumentos financeiros. A Controladora e as controladas diretas e indiretas elaboram análises de fluxo de caixa projetado e revisam, periodicamente, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados, sobretudo os relacionados aos ativos garantidores das provisões técnicas. Veja Nota (11) - Garantia das Provisões Técnicas.

- Risco de taxa de câmbio

A Controladora e suas controladas diretas e indiretas são expostas ao risco de taxa de câmbio, principalmente relacionado às suas operações de seguro industriais e comerciais, em função do grande número de contratos de seguros e resseguros lastreados em moedas estrangeiras, pelos investimentos (principalmente em Companhias do exterior) e pelos empréstimos e financiamentos. A Controladora e suas controladas diretas e indiretas monitoram e analisam seus saldos a receber e a pagar em moedas estrangeiras, por meio de contratos de derivativos, principalmente contratos futuros e de *swaps*, com o objetivo de equilibrar a exposição do câmbio e reduzir o efeito líquido do impacto das oscilações da taxa de câmbio no resultado. Em 30 de setembro de 2007, a exposição em passivos atrelados à moeda estrangeira monta R\$402.409 na Controladora, e em ativos e passivos monta R\$69.685 e R\$443.778 no consolidado, respectivamente (R\$71.843 e R\$41.246, respectivamente, em 31 de dezembro de 2006).

#### 4.2. Derivativos

Por meio da Resolução BACEN nº 3.308/05, alterada pela Resolução BACEN nº 3.358/06, que regulamenta a aplicação dos recursos garantidores das provisões técnicas, da legislação securitária vigente determinada pela SUSEP e ANS e pelas diretrizes emanadas dos Comitês Internos, é política da Controladora e suas controladas diretas e indiretas manter instrumentos financeiros derivativos concentrados em contratos futuros e *swaps* mantidos nos fundos de investimento exclusivos, com a finalidade de se protegerem, principalmente, em relação às variações cambiais e à flutuação das taxas de juros, descritos no item (4.1).

##### 4.2.1. Gerenciamento de Riscos

Os fundos de investimento exclusivos têm limites de exposição a riscos estabelecidos na política de investimentos da Controladora e suas controladas diretas e indiretas e são monitorados, diariamente, pela Área de Análise Quantitativa e de Risco.

O risco é quantificado para cada ativo e para cada estratégia, diariamente, pela Área de Risco. São realizados também *backtests*, por ativos e por carteiras, para avaliar a eficiência da utilização desse modelo.

Os ativos dos fundos de investimento exclusivos são avaliados a valor de mercado conforme legislação, utilizando-se preços e índices divulgados pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto (ANDIMA), pela Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F) e pela Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA), exceto para os títulos classificados como mantidos até o vencimento, que são atualizados pelos indexadores pactuados e acrescidos dos juros incorridos.



## 4.2.2. Quadro Resumo das Exposições em Instrumentos Financeiros Derivativos:

Em 30 de setembro de 2007, a Controladora não possui exposição em instrumentos financeiros e derivativos. Os instrumentos financeiros da Controladora e suas controladas diretas e indiretas estão demonstrados a seguir, e são negociados na Bolsa de Mercadorias e Futuros:

## Contratos de Swaps

Consolidado								30 de setembro de 2007 Ganho/(perda) no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2007
Fundo	Vencimento	Valor atualizado do ativo			Valor atualizado do passivo			
		CDI	IGP-M	USD	CDI	IGP-M	USD	
Titanium SAS Fundo de Investimento Multimercado	Junho/2008	3.818	4.697	-	4.441	4.683	-	(48)
Titanium SAS Fundo de Investimento Multimercado	Julho/2008	23.292	-	17.528	17.705	-	20.438	2.631
Sul América Classic FI Multimercado	Julho/2008	14.398	-	-	-	-	13.582	938
Sul América Platinum FI Multimercado	Julho/2008	22.162	-	-	-	-	20.373	1.869
SAS Fundo de Investimento Renda Fixa	Junho/2008	<u>2.421</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.464</u>	<u>-</u>	<u>(33)</u>
<b>Total</b>		<b><u>66.091</u></b>	<b><u>4.697</u></b>	<b><u>17.528</u></b>	<b><u>22.146</u></b>	<b><u>7.147</u></b>	<b><u>54.393</u></b>	<b><u>5.357</u></b>

Consolidado								31 de dezembro de 2006 (perda) no exercício findo em 31 de dezembro de 2006
Fundo	Vencimento	Valor atualizado do ativo			Valor atualizado do passivo			
		CDI	IGP-M	USD	CDI	IGP-M	USD	
SAS Fundo de Investimento Renda Fixa	Junho/2007	1.842	-	-	-	1.848	-	(5)
SAS Fundo de Investimento Renda Fixa	Junho/2008	1.588	-	-	-	1.596	-	(8)
Titanium SAS Fundo de Investimento Multimercado	Junho/2007	4.297	5.045	-	4.805	5.030	-	(87)
Titanium SAS Fundo de Investimento Multimercado	Junho/2008	<u>3.507</u>	<u>4.257</u>	<u>-</u>	<u>4.023</u>	<u>4.245</u>	<u>-</u>	<u>(97)</u>
<b>Total</b>		<b><u>11.234</u></b>	<b><u>9.302</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>8.828</u></b>	<b><u>12.719</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>(197)</u></b>

## Contratos Futuros

Consolidado				30 de setembro de 2007 Posição comprada (vendida)
Fundo	Vencimento	Indexador	Quantidade de contratos	
Titanium SAS Multimercado	Janeiro/2010	DI	108	(8.487)
Titanium SAS Multimercado	Julho/2008	DI	7	(648)
Titanium SAS Multimercado	Julho/2009	DI	6	(498)
Titanium SAS Multimercado	Janeiro/2008	DI	7	(682)
Titanium SAS Multimercado	Janeiro/2009	DI	7	(612)
Sul América Classic Multimercado	Julho/2009	DI	30	(2.490)
Sul América Classic Multimercado	Outubro/2007	DI	20	(1.999)
Sul América Classic Multimercado	Janeiro/2008	DI	35	(3.410)
Sul América Classic Multimercado	Julho/2008	DI	30	(2.776)
Sula Fundo de Investimento Multimercado	Novembro/2007	Dólar	275	(25.300)
Fundo BB Recursos de Liquidez Brasilveiculos	Janeiro/2009	DI	100	8.624
Fundo BB Saúde de Renda Fixa	Março/2011	DI	<u>1</u>	<u>129</u>
<b>Total</b>			<b><u>626</u></b>	<b><u>(38.149)</u></b>

Fundo	Consolidado			31 de dezembro
	Vencimento	Indexador	Quantidade de contratos	de 2006 Posição (vendida)
Fundo Sul América Classic	Fevereiro/2007	Dólar	111	(11.920)
Fundo Sul América Classic	Janeiro/2008	DI	310	(27.601)
Fundo Sul América Classic	Janeiro/2009	DI	29	(2.298)
Sul América Especial I Fundo de Investimento em Ações	Fevereiro/2007	Dólar	89	(9.557)
Sul América Especial I Fundo de Investimento em Ações	Julho/2007	DI	57	(5.374)
Titanium SAS Fundo de Investimento Multimercado	Fevereiro/2007	Dólar	156	(16.752)
Sul América Platinum Fundo de Investimento Multimercado	Fevereiro/2007	Dólar	121	(12.993)
Sul América Platinum Fundo de Investimento Multimercado	Janeiro/2008	DI	190	(16.917)
Sul América Platinum Fundo de Investimento Multimercado	Janeiro/2009	DI	<u>21</u>	<u>(1.664)</u>
Total			<u>1.084</u>	<u>(105.076)</u>

#### 4.2.3. Títulos e Valores Mobiliários

Compõem-se como se segue:

	Controladora	
	30 de setembro de 2007	31 de dezembro de 2006
Títulos de renda fixa – privados	<u>2.393</u>	-
Fundos de investimento exclusivos	2.393	-
Títulos de renda fixa – públicos	-	915
Letras Financeiras do Tesouro	-	<u>915</u>
Total	<u>2.393</u>	<u>915</u>
Circulante	2.393	915

	Consolidado	
	30 de setembro de 2007	31 de dezembro de 2006
Títulos de renda fixa – privados	<u>462.974</u>	<u>680.703</u>
Quotas de fundos de investimento não exclusivos	75.303	76.844
Certificados de Depósito Bancário	336.835	300.787
Debêntures	11.003	21.180
<i>Swaps</i>	4.630	(1.011)
<i>Export Notes</i>	-	52.095
Operações Compromissadas - <i>Overnight</i>	35.075	230.808
Outros	128	-
Títulos de renda fixa - públicos	<u>3.851.569</u>	<u>3.167.029</u>
Letras Financeiras do Tesouro	1.899.211	1.160.457
Notas do Tesouro Nacional	1.721.572	1.626.250
Letras do Tesouro Nacional	199.947	348.866
Títulos da Dívida Agrária	20.354	18.949
Bônus do Tesouro Nacional	9.094	12.464
Outros	1.391	43
Títulos de renda variável	<u>46.988</u>	<u>79.350</u>
Ações	45.601	77.845
Outros	1.387	1.505
Outras aplicações	<u>1.987</u>	<u>1.928</u>
Subtotal	<u>4.363.518</u>	<u>3.929.010</u>
Provisão para desvalorização	<u>(585)</u>	<u>(559)</u>
Total	<u>4.362.933</u>	<u>3.928.451</u>
Circulante	2.796.504	2.335.409
Não circulante	1.566.429	1.593.042

Em 30 de setembro de 2007, os Fundos de Investimento Exclusivos da Controladora estão compostos como se segue:

	30 de setembro de 2007
TÍTULOS DE RENDA FIXA - PÚBLICOS	<u>2.386</u>
Letras Financeiras do Tesouro	2.386
OUTROS	<u>7</u>
Obrigações a pagar	<u>7</u>
TOTAL	<u>2.393</u>

Em 30 de setembro de 2007, os vencimentos dos títulos e valores mobiliários que compõem os Fundos de Investimento Exclusivos da Controladora, estão concentrados entre 2 e 5 anos.

A classificação dos títulos e valores mobiliários em 30 de setembro de 2007 e 31 de dezembro de 2006, feita de acordo com os critérios de contabilização e avaliação descritos na Nota (3.1), é a seguinte:

	Controladora		
	Valor de custo <u>mais rendimentos</u>	Valor de <u>mercado</u>	30 de setembro de 2007 Ganhos (perdas) <u>não realizados</u>
<b>TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS PARA NEGOCIAÇÃO</b>			
Renda fixa - privados	<u>2.393</u>	<u>2.393</u>	=
Fundos de investimento exclusivos	<u>2.393</u>	<u>2.393</u>	=
Total	<u>2.393</u>	<u>2.393</u>	=
<b>TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS DISPONÍVEIS PARA VENDA</b>			
Renda fixa - públicos	<u>915</u>	<u>915</u>	=
Letras Financeiras do Tesouro	<u>915</u>	<u>915</u>	=
Total	<u>915</u>	<u>915</u>	=
	Consolidado		
	Valor de custo <u>mais rendimentos</u>	Valor de <u>mercado</u>	30 de setembro de 2007 Ganhos (perdas) <u>não realizados</u>
<b>TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS PARA NEGOCIAÇÃO</b>			
Renda fixa - privados	<u>188.790</u>	<u>188.790</u>	-
Quotas de fundos de investimento não exclusivos	75.303	75.303	-
<i>Swaps</i>	4.630	4.630	-
Certificados de Depósito Bancário	71.566	71.566	-
Operações Compromissadas - <i>Overnight</i>	35.075	35.075	-
Debêntures	2.113	2.113	-
Outros	103	103	-
Renda fixa - públicos	<u>2.088.965</u>	<u>2.088.965</u>	-
Letras Financeiras do Tesouro	1.522.068	1.522.068	-
Letras do Tesouro Nacional	199.947	199.947	-
Bônus do Tesouro Nacional	9.094	9.094	-
Títulos da Dívida Agrária	19.633	19.633	-
Notas do Tesouro Nacional	338.223	338.223	-
Renda variável	<u>41.906</u>	<u>41.906</u>	-
Ações	40.639	40.639	-
Outros	1.267	1.267	-
Subtotal	<u>2.319.661</u>	<u>2.319.661</u>	-

	Consolidado		
	Valor de custo <u>mais rendimentos</u>	Valor de <u>mercado</u>	30 de setembro de 2007 Ganhos (perdas) <u>não realizados</u>
<b>TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS DISPONÍVEIS PARA VENDA</b>			
Renda fixa – privados	<u>273.878</u>	<u>274.150</u>	<u>272</u>
Certificados de Depósito Bancário	265.266	265.241	(25)
Debêntures	8.587	8.884	297
Outros	25	25	-
Renda fixa - públicos	<u>392.940</u>	<u>394.564</u>	<u>1.624</u>
Letras Financeiras do Tesouro	369.555	369.462	(93)
Títulos da Dívida Agrária	721	721	-
Notas do Tesouro Nacional	21.273	22.990	1.717
Outros	1.391	1.391	-
Renda variável	<u>2.364</u>	<u>4.648</u>	<u>2.284</u>
Ações	2.244	4.528	2.284
Outros	120	120	-
Subtotal	<u>669.182</u>	<u>673.362</u>	<u>4.180</u>
	Valor de <u>mercado</u>	Valor de custo mais <u>rendimentos</u>	Ganhos (perdas) <u>não realizados</u>
<b>TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO</b>			
Renda fixa – públicos	<u>1.464.682</u>	<u>1.367.923</u>	<u>96.759</u>
Letras Financeiras do Tesouro	7.574	7.574	-
Notas do Tesouro Nacional	<u>1.457.108</u>	<u>1.360.349</u>	<u>96.759</u>
Subtotal	<u>1.464.682</u>	<u>1.367.923</u>	<u>96.759</u>
Outras aplicações	1.987	1.987	-
	Valor de custo <u>mais rendimentos</u>	Valor de <u>mercado</u>	31 de dezembro de 2006 Ganhos (perdas) <u>não realizados</u>
<b>TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS PARA NEGOCIAÇÃO</b>			
Renda fixa – privados	<u>385.834</u>	<u>385.834</u>	<u>-</u>
Quotas de fundos de investimento não exclusivos	76.844	76.844	-
<i>Swaps</i>	(1.011)	(1.011)	-
<i>Export Notes</i>	52.095	52.095	-
Certificados de Depósito Bancário	11.948	11.948	-
Operações Compromissadas - <i>Overnight</i>	230.808	230.808	-
Debêntures	15.150	15.150	-
Renda fixa - públicos	<u>1.381.618</u>	<u>1.381.618</u>	<u>-</u>
Letras Financeiras do Tesouro	842.918	842.918	-
Letras do Tesouro Nacional	339.968	339.968	-
Bônus do Tesouro Nacional	12.464	12.464	-
Títulos da Dívida Agrária	18.555	18.555	-
Notas do Tesouro Nacional	167.713	167.713	-
Renda variável	<u>76.139</u>	<u>76.139</u>	<u>-</u>
Ações	74.754	74.754	-
Outros	1.385	1.385	-
Subtotal	<u>1.843.591</u>	<u>1.843.591</u>	<u>-</u>

	Valor de custo <u>mais rendimentos</u>	Valor de <u>mercado</u>	31 de dezembro de 2006 Ganhos (perdas) <u>não realizados</u>
<b>TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS DISPONÍVEIS PARA VENDA</b>			
Renda fixa – privados	<u>294.872</u>	<u>294.755</u>	<u>(117)</u>
Certificados de Depósito Bancário	288.842	288.761	(81)
Debêntures	6.030	5.994	(36)
Renda fixa - públicos	<u>362.626</u>	<u>364.626</u>	<u>2.000</u>
Letras Financeiras do Tesouro	301.312	301.340	28
Letras do Tesouro Nacional	8.845	8.898	53
Títulos da Dívida Agrária	394	394	-
Notas do Tesouro Nacional	52.032	53.951	1.919
Outros	43	43	-
Renda variável	<u>2.699</u>	<u>2.864</u>	<u>165</u>
Ações	2.579	2.744	165
Outros	120	120	-
Subtotal	<u>660.197</u>	<u>662.245</u>	<u>2.048</u>
	<u>Valor de mercado</u>	<u>Valor de custo mais rendimentos</u>	<u>Ganhos (perdas) não realizados</u>
<b>TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO</b>			
Renda fixa - públicos	<u>1.511.755</u>	<u>1.420.687</u>	<u>91.068</u>
Letras Financeiras do Tesouro	16.112	16.101	11
Notas do Tesouro Nacional	<u>1.495.643</u>	<u>1.404.586</u>	<u>91.057</u>
Subtotal	<u>1.511.755</u>	<u>1.420.687</u>	<u>91.068</u>
Outras aplicações	1.928	1.928	-

Em 30 de setembro de 2007, os valores de custo mais rendimentos e de mercado, por vencimento, dos títulos e valores mobiliários, exceto os fundos de investimento não exclusivos e os títulos de renda variável, estão distribuídos da seguinte forma:

<u>Vencimento</u>	<u>Valor de custo mais rendimentos</u>	<u>Consolidado valor de mercado</u>
Até 2 anos	1.151.227	1.151.702
Entre 2 e 5 anos	1.856.150	1.855.302
Entre 5 e 10 anos	580.415	575.123
Acima de 10 anos	<u>651.388</u>	<u>755.708</u>
Total	<u>4.239.180</u>	<u>4.337.835</u>

#### 4.3. Critérios Adotados na Determinação dos Valores de Mercado

Os critérios adotados para estimar o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, principal instrumento financeiro da Controladora e de suas controladas diretas e indiretas, foram:

- Títulos de renda fixa – públicos - Calculados com base nas tabelas de preços unitários de mercado secundário da ANDIMA;

- Títulos de renda fixa - públicos (garantidores da Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados do ramo DPVAT) - Calculados com base no valor médio de mercado divulgado pela Resolução nº 550 do BACEN;
- Certificados de Depósito Bancário - (CDB) - Calculados com base nas tabelas de preços unitários (para títulos públicos) de mercado secundário da ANDIMA e, por meio de um processo de *rating* interno, é acrescentado um *spread* de crédito a esse valor;
- Debêntures - Calculados com base nas tabelas de preços unitários (para títulos públicos) de mercado secundário da ANDIMA e, por meio de um processo de *rating* interno, é acrescentado um *spread* de crédito a este valor;
- Fundos de investimento exclusivos e não exclusivos - Calculados de acordo com os critérios de marcação a mercado, estabelecidos pelo Administrador de cada Fundo, sintetizados no valor da cota divulgada, exceto para os títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento, que são calculados pelos indexadores pactuados, acrescidos dos juros incorridos;
- Títulos de renda variável e ações de Companhia de capital aberto cotadas em Bolsa de Valores ou Mercado de Balcão - Calculados com base na cotação média do último dia útil em que foram negociadas no mês.
- Export Notes - Calculado através das curvas de DI Futuro e USD Futuro da BMF, definido pela Sul América investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S. A., e através de um processo de *rating* é acrescentado um *spread* de crédito a este valor.

Os critérios adotados pela Controladora e suas controladas diretas e indiretas para estimar o valor de mercado dos demais ativos e passivos foram:

- O saldo de investimentos permanentes é composto, basicamente, por participações em Companhias controladas e coligadas, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. Tendo em vista a estratégia de investimentos nessas participações, a Administração das Companhias não fez considerações sobre os valores de mercado desses investimentos;
- Os valores dos demais saldos das contas a receber e a pagar contabilizados no circulante, aproximam-se dos seus correspondentes valores de realização e exigibilidade, respectivamente, devido ao vencimento em curto prazo desses instrumentos.

## 5. PRÊMIOS A RECEBER

Compõem-se como se segue:

<u>Ramos</u>	<u>Consolidado</u>	
	<u>30 de setembro de 2007</u>	<u>31 de dezembro de 2006</u>
Automóveis	562.679	601.982
Saúde grupal	86.923	87.472
Saúde individual (a)	193.119	46.158
Vida em grupo	44.860	41.775
Riscos nomeados e operacionais	16.944	21.975
Marítimos	8.625	20.529
Responsabilidade civil - carga	16.332	17.724
Transportes	13.465	16.046
Compreensivo residencial	2.753	13.218
Responsabilidade civil - geral	5.482	5.593
Compreensivo empresarial	11.336	11.775
Riscos diversos	3.963	3.193
Outros	<u>35.357</u>	<u>13.733</u>
Total	<u>1.001.838</u>	<u>901.173</u>
Circulante	933.461	901.161
Não circulante	68.377	12

Os prêmios a receber contemplam os prêmios de emissão direta e co-seguro aceito, bem como as operações de retrocessão.

- (a) Em 30 de setembro de 2007, o saldo de prêmios a receber inclui a cobrança retroativa da diferença de reajuste dos prêmios para os segurados do Estado de São Paulo, no montante de R\$136.754, em até 12 parcelas mensais e iguais, a partir de abril de 2008, conforme mencionado na Nota (18.1), sendo R\$68.377 contabilizados na rubrica Prêmios a Receber, no ativo circulante, e de R\$68.377 no ativo não circulante.

Em 30 de setembro de 2007 e 31 de dezembro de 2006, os prêmios a receber, por vencimento, estão distribuídos da seguinte forma:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>30 de setembro de 2007</u>	<u>31 de dezembro de 2006</u>
Vencidos	222.033	221.478
A vencer entre 1 e 30 dias	288.187	294.379
A vencer entre 31 e 60 dias	126.524	131.945
A vencer entre 61 e 180 dias	190.062	206.621
A vencer entre 181 e 365 dias	106.655	46.738
A vencer acima de 365 dias	<u>68.377</u>	<u>12</u>
Total	<u>1.001.838</u>	<u>901.173</u>



## 5.1. Provisão para Riscos de Crédito

A provisão para riscos de crédito é constituída com base em estudo efetuado do histórico de perdas por inadimplência incorridas nos últimos exercícios, bem como na análise das características inerentes aos segmentos de atuação de controladas que operam com seguros. A provisão para riscos de crédito corresponde aos prêmios a receber de riscos decorridos, vencidos há mais de 60 dias, deduzidos do percentual de recuperação dos prêmios vencidos e líquidos do imposto sobre operações financeiras de seguros e dos correspondentes percentuais relativos às comissões e resseguros. Os prêmios a receber de riscos a decorrer são normalmente cancelados após 32 e 60 dias de inadimplência, dependendo do ramo de seguros. Em 30 de maio de 2007, em decorrência da decisão da Ação Civil Pública do Ministério Público Estadual do Estado de São Paulo, foi autorizada a cobrança dos índices de reajustes dos planos individuais contratados antes de 1º de janeiro de 1999, conforme mencionado na Nota (18.1). A controlada Sul América Companhia de Seguro Saúde constituiu provisão para fazer face à inadimplência esperada, ao ajuste ao valor presente, e outras despesas relacionadas a cobrança dos prêmios retroativos, no montante de R\$54.702, sendo registrados R\$27.351 na rubrica Provisão para Riscos de Crédito no ativo circulante, e R\$27.351, no ativo não circulante. Em 30 de setembro de 2007, a provisão para riscos de crédito no ativo circulante é de R\$94.136 (R\$74.472 em 31 de dezembro de 2006) e de R\$27.351 no ativo não circulante no consolidado.

## 6. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Em 30 de setembro de 2007 e 31 de dezembro de 2006, as bases do imposto de renda e da contribuição social diferidos são compostas da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2007	31 de dezembro de 2006	30 de setembro de 2007	31 de dezembro de 2006
Prejuízos fiscais a compensar	5.480	4.740	629.165	731.282
Provisões para contingências, para perdas e obrigações fiscais	32.355	1.537	1.220.843	1.228.270
Ágio em investimentos	2.526	2.141	352.874	350.086
Outros	4.000	4.000	34.488	(1.303)
Base de cálculo	44.361	12.418	2.237.370	2.308.335
Alíquota	25%	25%	25%	25%
(1) Créditos tributários – imposto de renda	11.090	3.105	559.343	577.084
Base negativa de contribuição social	30.735	29.010	845.999	952.777
Provisões para contingências, para perdas e obrigações fiscais	32.371	1.619	763.292	631.228
Ágio em investimentos	-	-	2.261	3.554
Outros	4.000	4.000	33.596	(1.303)
Base de cálculo	67.106	34.629	1.645.148	1.586.256
Alíquota	9%	9%	9%	9%
(2) Créditos tributários – contribuição social	6.040	3.116	148.063	142.763
(1) + (2) Total dos créditos tributários	17.130	6.221	707.406	719.847
Provisão para riscos de crédito (a)	(15.203)	(4.294)	(286.111)	(255.233)
(3) Subtotal (b)	1.927	1.927	421.295	464.614

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2007	31 de dezembro de 2006	30 de setembro de 2007	31 de dezembro de 2006
(4) Ágio - Incorporação SLT Participações S.A. (c)	-	-	-	5.316
(5) Ágio - Incorporação STA Participações S.A. (d)	-	-	2.637	10.548
(6) Ágio - Incorporação SATMA Sul América Participações S.A. (d)	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>73</u>	<u>294</u>
(7) Subtotal	1.927	1.927	424.005	480.772
(8) Créditos tributários – PIS/COFINS (e)	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>61.586</u>	<u>57.047</u>
(7) + (8) Total dos créditos tributários - líquidos	<u>1.927</u>	<u>1.927</u>	<u>485.591</u>	<u>537.819</u>
Circulante	1.426	1.426	58.266	104.745
Não circulante	501	501	427.325	433.074

As parcelas dos créditos tributários no ativo circulante e não circulante estão registradas na rubrica Créditos Tributários e Previdenciários que contemplam, também, outros impostos a recuperar. O saldo em 30 de setembro de 2007 é de R\$4.078 (R\$3.393 em 31 de dezembro de 2006) na Controladora e R\$138.824 (R\$189.454 em 31 de dezembro de 2006) no consolidado, no ativo circulante, e de R\$16.028 (R\$ R\$5.119 em 31 de dezembro de 2006) na Controladora e de R\$774.084 (R\$656.122 em 31 de dezembro de 2006) no consolidado, no ativo não circulante.

- (a) A provisão para riscos de créditos tributários de imposto de renda e de contribuição social foi estabelecida com base nas expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias.
- (b) Os valores representam créditos tributários diferidos, oriundos de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, líquidos de provisão para riscos de crédito. As estimativas da Administração da Controladora e de suas controladas diretas e indiretas quanto à realização dos seus créditos tributários estão baseadas em orçamentos elaborados e aprovados para os próximos 3 a 10 anos que contemplam, entre outras, as seguintes ações implementadas e/ou a serem implementadas pelas suas principais controladas operacionais, a saber:
- Sul América Seguro Saúde S. A. e Sul América Companhia de Seguro Saúde – Lançamento de novos produtos, como o SulAmérica Saúde Fit, reformulação do produto SulAmérica Saúde PME, dirigido a pequenas e médias empresas e reforço do Programa SulAmérica Saúde Ativa – que faz da SulAmérica uma referência em medicina preventiva. Maior controle dos custos operacionais, tanto nos processos internos como, também, no relacionamento com fornecedores e prestadores de serviços, através de uma renegociação de contratos com hospitais da rede referenciada, do controle mais rigoroso de fraudes e da implementação de um abrangente projeto de gestão de sinistros.

- Sul América Companhia Nacional de Seguros – Investimento em ações para aumento das vendas, por meio do reforço da parceria com os corretores de seguros, de programas específicos de aumento da remuneração dos corretores, e em ações de fidelização dos segurados, com destaque, entre outros, do C.A.S.A. SulAmérica - Centro Automotivo de Super Atendimento, que proporciona ao segurado mais comodidade e segurança na hora de consertar seu veículo danificado em acidente. Investimento em ações para a redução da sinistralidade, através da instalação de rastreadores (dispositivos eletrônicos para localização de veículos roubados), aprimoramento dos processos de aceitação e precificação dos riscos e regulação de sinistros e acordo de fornecimento de peças para as oficinas.
- Sul América Seguros de Vida e Previdência S.A. – Lançamento de uma série de produtos inovadores, como o Prev 10, o SulAmérica Simplificado e o SulAmérica Previdência Empresarial, visando fortalecer sua atuação no segmento corporativo, com foco em pequenas e médias empresas. Lançamento de uma nova linha de produtos de seguros de vida, já adaptados a nova regulamentação vigente da SUSEP e implementação de um programa de migração de determinadas apólices antigas de vida com potenciais desequilíbrios atuariais. Adicionalmente, a partir de 2006, iniciou-se um processo de reajuste de prêmios das apólices de vida e descontinuação daquelas não rentáveis, contribuindo para uma redução na sinistralidade.

Em 30 de setembro de 2007, a expectativa de realização, por ano, dos mencionados créditos é apresentada como se segue:

<u>Ano</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>Imposto de renda</u>	<u>Contribuição social</u>	<u>Imposto de renda</u>	<u>Contribuição social</u>
2007	74%	74%	3%	4%
2008	-	-	8%	7%
2009	-	-	5%	8%
2010	-	-	2%	8%
2011	-	-	7%	2%
2012 a 2014	-	-	29%	16%
2015 a 2016	26%	26%	46%	55%

As realizações dos créditos tributários relacionados às provisões para contingências, perdas e obrigações fiscais foram alocadas nos últimos anos de nossas projeções, em função da dificuldade em se prever, no momento atual, o desfecho e a data de encerramento desses litígios.

- (c) Ágio registrado na controlada Sul América Companhia de Seguro Saúde em decorrência da incorporação, em 31 de maio de 2002, de sua investidora SLT Participações S.A. O ágio no montante de R\$187.631 está fundamentado na expectativa de resultados futuros. Nos termos das instruções CVM n<sup>os</sup> 319/99 e 349/2001, a investida constituiu provisão sobre a diferença entre o valor do ágio incorporado e o benefício fiscal decorrente de sua amortização, a qual é apresentada como redução da rubrica Créditos Tributários Previdenciários, no montante de R\$123.845. A amortização desses ágios, iniciada em 2002, a razão de 20% ao ano, está sendo contemplada nos orçamentos elaborados pela Administração da referida controlada. Até 31 de maio de 2007 o ágio foi totalmente amortizado. Até 31 de maio de 2007, o ágio foi totalmente amortizado;
- (d) Ágio registrado pelas investidoras STA Participações S.A. e SATMA – Sul América Participações S.A. sobre os saldos de investimento que estas detinham na controlada Sul América Companhia Nacional de Seguros, fundamentado na expectativa de resultados futuros. Em 30 de dezembro de 2002, a controlada Sul América Companhia Nacional de Seguros incorporou as investidoras supramencionadas e contabilizou esse ágio em seus registros contábeis, em contrapartida da rubrica do Patrimônio Líquido denominada Reserva Especial de Ágio na Incorporação, no montante de R\$159.436. Nos termos das instruções CVM n<sup>os</sup> 319/99 e 349/2001, a controlada constituiu provisão sobre a diferença entre o valor do ágio incorporado e o benefício fiscal futuro esperado decorrente de sua amortização, a qual é apresentada como redução da rubrica Créditos Tributários e Previdenciários, no montante de R\$105.228. A amortização desses ágios, iniciada em 2002, à razão de 20% ao ano, está sendo contemplada nos orçamentos elaborados pela Administração da controlada.
- (e) Refere-se a créditos tributários de PIS e COFINS calculados sobre o saldo das provisões de sinistros a liquidar e de sinistros ocorridos mas não avisados.

Em 30 de setembro de 2007, os saldos acumulados de prejuízos fiscais e de bases negativas de contribuição social a compensar são formados como demonstrado a seguir:

Ano	Controladora		Consolidado	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
1994	-	12.637	9.479	21.411
1995	-	-	-	-
1996	-	-	-	-
1997	-	-	-	74.151
1998	-	-	-	25.244
1999	-	852	21.714	44.291
2000	-	1.599	21.016	22.679
2001	2.667	11.305	22.280	40.017
2002	-	-	178.672	209.613
2003	2.095	2.616	71.897	50.515
2004	-	-	83.326	93.755
2005	-	-	105.500	192.135
2006	-	-	61.560	62.215
2007	<u>718</u>	<u>1.726</u>	<u>53.721</u>	<u>9.973</u>
Saldos a compensar em 30 de setembro de 2007	<u>5.480</u>	<u>30.735</u>	<u>629.165</u>	<u>845.999</u>

## 7. PERMANENTE

## 7.1. Participações em Controladas e Coligadas

Compõem-se como se segue:

Descrição	Controladora			Total
	Sul América Companhia Nacional de Seguros	Saepar Serviços e Participações S.A.	Sul América Companhia de Seguro Saúde	
Percentual de participação no capital social	23,76%	99,93%	32,70%	
Quantidade de ações ordinárias possuídas	485.912.659	2.436.748	20.160.346	
Quantidade de ações preferenciais possuídas	-	-	5.008.232	
Capital social	857.562	498.709	820.086	
Aumento de capital em aprovação	10.548	-	-	
Patrimônio líquido	1.364.410	767.698	1.194.084	
Lucro líquido do período	198.838	172.361	263.485	
Data-base de equivalência	30/09/2007	30/09/2007	30/09/2007	
Equivalência patrimonial	46.529	172.189	87.263	305.981
Valor contábil do investimento	331.024	767.141	394.036	1.492.201
Ágio	2.612	-	-	2.612
Saldos em 30 de setembro de 2007	<u>333.636</u>	<u>767.141</u>	<u>394.036</u>	<u>1.494.813</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2006	<u>287.136</u>	<u>281.813</u>	<u>340.862</u>	<u>909.811</u>

Descrição	Consolidado		Total
	Seguradora Brasileira de Crédito a Exportação S.A.	Telemar Participações S.A.	
Percentual de participação no capital social	12,09%	5,00%	
Quantidade de ações ordinárias possuídas	1.099.998	171.645.056	
Capital social	9.165	2.113.074	
Patrimônio líquido	18.142	2.444.493	
Lucro líquido do período	2.254	117.658	
Data base da equivalência patrimonial	31/08/2007	31/07/2007	
Equivalência patrimonial	255	9.345	9.600
Valor contábil do investimento	<u>2.193</u>	<u>122.224</u>	<u>124.417</u>
Saldos em 30 de setembro de 2007	<u>2.193</u>	<u>122.224</u>	<u>124.417</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2006	<u>2.078</u>	<u>117.115</u>	<u>119.193</u>

## 7.2. Participações em Controladas – Ágio

	Controladora	
	30 de setembro de 2007	31 de dezembro de 2006
Sul América Companhia Nacional de Seguros	5.138	5.138
Amortização acumulada	(2.526)	(2.142)
Total	<u>2.612</u>	<u>2.996</u>
	Consolidado	
	30 de setembro de 2007	31 de dezembro de 2006
Sul América Companhia Nacional de Seguros	5.138	5.138
Brasilveículos Companhia de Seguros	49.275	49.275
Amortização Acumulada	(50.569)	(46.489)
Total	<u>3.844</u>	<u>7.924</u>

Em 30 de setembro de 2007 e 31 de dezembro de 2006, o saldo da Controladora contempla o ágio de R\$5.138, relativo ao investimento na controlada Sul América Companhia Nacional de Seguros, cujo fundamento econômico é a expectativa de rentabilidade futura. O saldo consolidado contempla, além do ágio mencionado anteriormente, o ágio de R\$49.275 relativo ao investimento na controlada Brasilveículos Companhia de Seguros, não eliminado na consolidação, cujo fundamento econômico é a expectativa de rentabilidade futura. A taxa de amortização anual é de 10%, e em 30 de setembro de 2007, a amortização acumulada apresentava um montante de R\$2.526 (R\$2.142 em 31 de Dezembro de 2006) e no consolidado, R\$50.569 em 30 de setembro de 2007 (R\$46.489 em 30 de junho de 2007).

## 7.3. Imobilizado

Compõe-se como se segue:

	Taxa de depreciação anual (%)	Consolidado	
		30 de setembro de 2007	31 de dezembro de 2006
Terrenos	-	15.445	14.663
Edificações	4	123.154	126.474
Veículos	20	6.198	6.239
Equipamentos de processamento de dados	20	61.835	59.793
Equipamentos de telecomunicações	10	9.845	9.565
Móveis, máquinas e equipamentos	10	49.326	46.131
Software	10 e 20	42.922	37.081
Outros		<u>3.247</u>	<u>2.224</u>
Subtotal		<u>311.972</u>	<u>302.170</u>
Depreciação		(156.577)	(140.034)
Total		<u>155.395</u>	<u>162.136</u>

## 7.4. Diferido

Compõe-se como se segue:

	Consolidado		
	Taxa de amortização anual (%)	30 de setembro de 2007	31 de dezembro de 2006
Despesas de organização e implantação	10	7.833	7.013
Despesas com benfeitoria em imóveis de terceiros	10	18.039	16.528
Despesas com projetos (a)	10	40.017	39.504
Ágio - Sul América Investimentos D.T.V.M. S.A. (b)	10	28.939	28.939
Subtotal		94.828	91.984
Amortizações		<u>(56.554)</u>	<u>(52.455)</u>
Total		<u>38.274</u>	<u>39.529</u>

(a) As despesas com projetos compreendem, basicamente, os gastos com o plano diretor de informática e projetos de reengenharia do ramo Automóvel, projeto de orçamentação eletrônica de sinistros do ramo de automóvel e projeto de implantação do sistema de contabilidade.

(b) Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 30 de novembro de 2000, a controlada indireta Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. incorporou a Sul América Investimentos S.A. O ágio na aquisição do investimento, no montante de R\$28.939, foi reclassificado para o ativo diferido, e vem sendo amortizado em dez anos, a partir de sua constituição, em razão da expectativa de lucratividade futura das respectivas operações incorporadas.

## 8. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

Compõem-se como se segue:

<u>Descrição</u>	Consolidado	
	30 de setembro de 2007	31 de dezembro de 2006
Cobrança antecipada de prêmios - seguros	14.144	50.543
Prêmios e emolumentos recebidos - seguros e co-seguros aceitos	<u>12.369</u>	<u>22.802</u>
Total	<u>26.513</u>	<u>73.345</u>

## 9. OUTROS DÉBITOS OPERACIONAIS

Compõem-se como se segue:

Descrição	Consolidado	
	30 de setembro de 2007	31 de dezembro de 2006
Comissões sobre prêmios emitidos de seguros	96.590	111.787
Outros	<u>54.352</u>	<u>65.791</u>
Total	<u>150.942</u>	<u>177.578</u>
Circulante	148.363	169.256
Não Circulante	2.579	8.322

## 10. PROVISÕES TÉCNICAS E DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO DIFERIDAS DE SEGUROS E RESSEGUROS

Compõem-se como se segue:

Ramos	Consolidado				
	30 de setembro de 2007				
	Provisão de prêmios não ganhos, provisão de insuficiência de prêmios e outras provisões	Provisões matemáticas de benefícios a conceder e concedidos e provisões de riscos não expirados, excedente financeiro e benefícios a regularizar	Sinistros a liquidar	Provisão de sinistros e eventos ocorridos mas não avisados	Despesas de comercialização diferidas
Automóveis	1.010.308	-	404.920	48.653	182.866
Saúde individual	65.728	2.362	57.069	198.221	99.058
Vida em grupo	23.493	-	166.986	53.359	8.133
Compreensivo empresarial	17.386	-	25.681	1.319	7.119
Vida individual	13.743	23.097	-	3.697	-
Responsabilidade civil - geral	10.010	-	22.031	868	1.943
Compreensivo residencial	6.339	-	3.035	321	2.425
Marítimos	6.995	-	9.773	1.580	1.596
Saúde grupal	8.824	9.035	66.054	288.891	59.706
Riscos diversos	4.112	-	4.360	384	1.007
Compreensivo condomínio	3.341	-	2.813	89	1.519
DPVAT	1.575	-	83.854	10.980	-
Incêndio tradicional	1.025	-	10.557	20	877
Transportes	670	-	14.433	1.369	23
Vida gerador de benefícios livres	484	114.743	-	-	2.943
Responsabilidade civil - carga	7	-	16.206	1.480	1
Outros	<u>18.679</u>	-	<u>53.079</u>	<u>15.275</u>	<u>5.321</u>
Total	<u>1.192.719</u>	<u>149.237</u>	<u>940.851</u>	<u>626.506</u>	<u>374.537</u>
Circulante	1.154.238	51.009	569.744	626.506	224.364
Não circulante	38.481	98.228	371.107	-	150.173



31 de dezembro de 2006

Ramos	Provisões matemáticas de benefícios a conceder e concedidos e provisões riscos não expirados, excedente financeiros e benefícios a regularizar			Sinistros a liquidar	Provisão de sinistros e eventos ocorridos mas não avisados	Despesas de comercialização diferidas
	Provisão de prêmios não ganhos, provisão de insuficiência de prêmios e outras provisões					
Automóveis	1.059.513	-	-	411.052	38.762	193.532
Saúde individual	62.531	3.365	-	57.232	170.187	102.792
Vida em grupo	22.921	-	-	172.402	61.765	8.078
Compreensivo empresarial	18.797	-	-	21.458	1.933	7.629
Vida individual	13.957	20.016	-	-	1.764	-
Responsabilidade civil - geral	7.556	-	-	21.670	865	1.330
Compreensivo residencial	20.679	-	-	3.931	489	9.557
Marítimos	11.030	-	-	8.067	1.249	2.688
Saúde grupal	4.679	8.431	-	67.721	219.949	44.474
Riscos diversos	3.074	-	-	3.628	593	752
Compreensivo condomínio DPVAT	3.655	-	-	2.787	174	1.667
Incêndio tradicional	-	-	-	51	76.257	-
Incêndio tradicional	1.170	-	-	10.228	126	682
Transportes	745	-	-	11.964	2.290	64
Vida gerador de benefícios livres	165	74.866	-	-	-	2.101
Responsabilidade civil - carga	2	-	-	14.042	2.924	1
Outros	14.903	-	-	58.614	13.399	3.218
Total	<u>1.245.377</u>	<u>106.678</u>	<u>864.847</u>	<u>592.726</u>	<u>592.726</u>	<u>378.565</u>
Circulante	1.209.479	39.618	534.399	592.726	592.726	237.102
Não circulante	35.898	67.060	330.448	-	-	141.463

Em 30 de setembro de 2007 e 31 de dezembro de 2006, a rubrica Sinistros a liquidar contempla sinistros em disputa judicial relacionados, principalmente, a negativa de coberturas fundamentada na ausência de enquadramento nas condições contratuais, relativas, principalmente, aos ramos de Automóveis e Vida.

Determinadas controladas que operam com seguros prepararam estudo atuarial específico para estimar os prazos médios de exigibilidades dos sinistros a liquidar em disputa judicial. Suportadas por esse estudo, as referidas controladas reclassificaram, em 2006, as obrigações relacionadas aos sinistros em disputa judicial, cujos prazos de exigibilidade são superiores a 12 meses, para Sinistros a liquidar, no passivo não circulante, cujo saldo em 30 de setembro de 2007 monta R\$371.107 (R\$330.448 em 31 de dezembro de 2006).

#### 10.1. Movimentação das Ações de Sinistros em Disputa Judicial

Compõe-se como se segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2006	<u>422.675</u>
Adições	84.788
Baixas	<u>(13.730)</u>
Saldo em 30 de setembro de 2007	<u>493.733</u>

## 10.2. Movimentações das Provisões Técnicas e Despesas de Comercialização Diferidas – Previdência

Compõem-se como se segue:

	Consolidado		
	30 de setembro de 2007		
	Provisões técnicas	Provisões de eventos ocorridos mas não avisados	Despesas de comercialização diferidas
Saldos em 31 de dezembro de 2006	1.185.282	760	3.431
Constituições	79.427	67	-
Portabilidade de entrada	28.114	-	-
Resgates	(38.242)	-	-
Portabilidade de saída	(20.172)	-	-
Pagamento de benefícios	(26.842)	-	-
Atualização monetária	107.326	-	-
Comissões	-	-	2.984
Amortizações	-	-	(2.255)
Saldos em 30 de setembro de 2007	1.314.893	827	4.160
Circulante	303.394	827	2.687
Não circulante	1.011.499	-	1.473
	31 de dezembro de 2006		
	Provisões técnicas	Provisões de eventos ocorridos mas não avisados	Despesas de comercialização diferidas
Saldos em 31 de dezembro de 2005	1.034.794	737	1.654
Constituições	109.422	23	-
Portabilidade de entrada	31.027	-	-
Resgates	(50.576)	-	-
Portabilidade de saída	(30.670)	-	-
Pagamento de benefícios	(33.255)	-	-
Atualização monetária	124.540	-	-
Comissões	-	-	4.385
Amortizações	-	-	(2.607)
Saldos em 31 de dezembro de 2006	<u>1.185.282</u>	<u>760</u>	<u>3.432</u>
Circulante	287.840	760	1.754
Não circulante	897.442	-	1.678

## 11. GARANTIA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

As provisões técnicas possuem a seguinte cobertura:

	Consolidado	
	30 de setembro de 2007	31 de dezembro de 2006
<u>Composição dos ativos:</u>		
Quotas de fundos de investimento exclusivos	1.226.317	2.079.703
Quotas de fundos especialmente constituídos	716.420	559.981
Direitos creditórios	482.171	526.147
Títulos de renda fixa - públicos	1.477.230	520.214
Certificados de Depósito Bancário	253.707	178.939
Imóveis, líquidos de depreciação	73.910	79.587
Depósitos judiciais	56.891	67.155
IRB - conta movimento - dólar	2.788	8.973
Depósitos especiais no IRB	5.620	5.214
Ações e debêntures	<u>1.602</u>	<u>-</u>
Total	<u>4.296.656</u>	<u>4.025.913</u>

## 12. PARTES RELACIONADAS

As principais transações com partes relacionadas estão resumidas a seguir:

	Controladora				
	Contas a Receber (a pagar)	Receitas (despesas)	Dividendos recebidos/ a receber (pagos/a pagar)	Juros sobre capital próprio recebidos / a receber (pagos/ a pagar)	Adiantamento para futuro aumento de capital (1)
Sul América Capitalização S.A. - SULACAP (a), (b)	-	(22)	-	-	-
Sulasapar Participações S.A.	-	-	(8.758)	-	-
Saepar Serviços e Participações S.A. (d)	-	85	18.780	-	86.563
Sulasa Participações S.A.	-	-	(1.867)	-	-
Brasilveículos Companhia de Seguros (e)	(5.000)	-	-	-	-
ING Insurance International NV	-	-	(5.921)	-	-
Sul América Companhia de Seguro Saúde	-	-	-	8.903	-
Demais empresas associadas e pessoas físicas	-	(7)	(4.160)	(376)	-
Saldos em 30 de setembro de 2007	<u>(5.000)</u>	<u>56</u>	<u>(1.926)</u>	<u>8.527</u>	<u>86.563</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2006 e e 30 de setembro de 2006 (*)	<u>(3.992)</u>	<u>189</u>	<u>(1.926)</u>	<u>9.909</u>	<u>22.500</u>

	Consolidado				
	Contas a Receber (a pagar)	Receitas (despesas)	Dividendos recebidos/ a receber (pagos/ a pagar)	Juros sobre capital próprio recebidos/ a receber (pagos/ a pagar)	Adiantamento para futuro aumento de capital
Sul América Capitalização S.A. - SULACAP (a), (b), (c)	369	1.025	-	-	-
Sulasapar Participações S.A.	-	-	(8.758)	-	-
Sulasa Participações S.A.	-	-	(1.867)	-	-
ING Insurance International NV	-	-	(5.921)	-	-
Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação S.A.	-	-	140	-	-
B.B. Investimentos S.A.	-	-	(5.353)	-	-
Demais empresas associadas e acionistas pessoas físicas	(1.961)	146	(4.516)	(1.737)	-
Saldos em 30 de setembro de 2007	(1.592)	1.171	(26.275)	(1.737)	=
Saldos em 31 de dezembro de 2006 e e 30 de setembro de 2006 (*)	(2.085)	(226)	(25.237)	(1.738)	33

(\*) Os saldos em 31 de dezembro de 2006 se referem às contas patrimoniais e os saldos em 30 de setembro de 2006 se referem às contas de resultado.

As contas a receber/a pagar e as receitas/despesas referem-se, principalmente, a:

- (a) Aluguel com prazo médio de 12 meses, em geral renovável por mais 12 meses, sendo as parcelas liquidadas mensalmente. O aluguel e a política de reajuste são definidos conforme a prática do mercado imobiliário na área onde o imóvel está localizado.
- (b) Recuperação de despesas decorrentes da utilização compartilhada dos sistemas operacionais e de estrutura administrativa de apoio. O rateio é efetuado entre as Companhias do sistema SulAmérica Seguros, e é liquidado mensalmente.
- (c) Receitas da controlada Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. relativas à gestão de ativos financeiros, correspondentes à taxa de administração de 0,17% sobre o patrimônio líquido da carteira, e à taxa de performance de 20% sobre o que exceder o parâmetro de referência, liquidadas mensalmente e semestralmente, respectivamente.
- (d) Receitas referentes ao contrato particular de mútuo no montante de R\$13.198 liquidado em abril de 2007.
- (e) Provisão estimada pela Administração da Controladora para fazer face às possíveis perdas, decorrentes do acordo firmado na associação da SulAmérica Seguros com o Banco do Brasil, em junho de 1997, envolvendo os valores dos bens utilizados na integralização do capital da Brasilveículos Companhia de Seguros.
- (1) Refere-se ao adiantamento para futuro aumento de capital efetuado em junho de 2007, registrado na rubrica Outros Créditos a Receber, no ativo não circulante.

## 13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Compõem-se como se segue:

Instituição financeira	Controladora						
	Valor do principal	Encargos	Data de vencimento	30 de setembro de 2007		31 de dezembro de 2006	
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
<i>Senior Notes Holders</i> (c)	US\$200.000.000	8,625% por ano	15/02/2012	132.602	239.057	-	-
União de Bancos Brasileiros S.A. (*) <i>Swap</i>	-	Variação Cambial do US\$ + 44,75% do CDI por ano	14/02/2012			-	-
Total				<u>10.762</u>	<u>19.988</u>	-	-
				<u>143.364</u>	<u>259.045</u>	-	-
Instituição financeira	Consolidado						
	Valor do principal	Encargos	Data de vencimento	30 de setembro de 2007		31 de dezembro de 2006	
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
União de Bancos Brasileiros S.A. (a) (4)	R\$37.500	100% do CDI + 2.00% por ano (3)	19/09/2009	40.051	-	-	-
União de Bancos Brasileiros S.A. (a) (4)	R\$75.000	100% do CDI + juros (3)	19/09/2009	-	-	17.679	60.000
União de Bancos Brasileiros S.A. (a) (4)	R\$37.500	100% do CDI + 2.00% por ano (3)	19/09/2009	40.051	-	-	-
União de Bancos Brasileiros S.A. (a) (4)	R\$75.000	100% do CDI + juros (3)	19/09/2009	-	-	17.679	60.000
União de Bancos Brasileiros S.A. (a) (4)	R\$25.000	100% do CDI + 2.00% por ano (3)	19/09/2009	26.701	-	-	-
União de Bancos Brasileiros S.A. (a) (4)	R\$50.000	100% do CDI + juros (3)	19/09/2009	-	-	11.785	40.000
Banco Bradesco S.A. (a)	R\$ 80.000	116% do CDI	19/03/2007	-	-	691	-
Banco Real ABN Amro S.A. (1) (a)	R\$110.000	IGPM + 12,55% por ano	22/06/2007	-	-	120.047	-
<i>Senior Notes Holders</i> (c)	US\$200.000.000	8,625% por ano	15/02/2012	132.602	239.057	-	-
União de Bancos Brasileiros S.A. (*) <i>Swap</i>		Variação Cambial do US\$ + 44,75% do CDI por ano	14/02/2012	10.762	19.988	-	-
Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. (a) <i>Swap</i> (**)	R\$50.000	120% do CDI	22/06/2007	-	-	54.260	-
		Variação Cambial do US\$ + 12% por ano	22/06/2007	-	-	(3.669)	-
Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. (a)	R\$100.000	115% do CDI	27/03/2007	-	-	100.113	-
Banco Santander S.A. (2) (b)	R\$15.250	100% do CDI + 0,96% por ano	16/04/2007	-	-	10.754	-
Banco Santander S.A. (b)	R\$20.000	100% do CDI + 1,94% por ano	26/06/2007	-	-	21.572	-
Banco Santander S.A. (b) (4)	R\$55.826	100% do CDI + 1,40 % por ano	14/12/2007				
Total				<u>61.711</u>	<u>-</u>	<u>56.040</u>	<u>-</u>
				<u>311.878</u>	<u>259.045</u>	<u>406.951</u>	<u>160.000</u>

Em fevereiro de 2007, a Controladora emitiu *Senior Notes*, no montante de US\$200.000.000, a uma taxa anual de 8,625%, conforme os termos e as condições constantes da respectiva escritura de oferta. Os títulos têm prazo de cinco anos a contar da data da sua emissão e são garantidos pela controlada Saepar Serviços e Participações S.A. Os recursos líquidos captados, da ordem de R\$406.000, foram destinados principalmente a: (i) amortização de empréstimos e linhas de crédito de curto prazo existentes em 31 de dezembro de 2006 da ordem de R\$400.000; e (ii) pagamento de tributos e outras despesas relacionadas à emissão.

(\*) Em 30 de maio de 2007, a Controladora realizou operações de *Swap*, nas quais o indexador do respectivo contrato foi substituído pelo indexador mencionado no quadro anterior.

(\*\*) Na mesma data da contratação do empréstimo com o Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. no valor de R\$50.000, a controlada Saepar Serviços e Participações S.A. realizou operações de *Swap*, onde o indexador do respectivo contrato foi substituído pelo indexador mencionado no quadro acima.

Em 30 de setembro de 2007 e 31 de dezembro de 2006, os contratos de empréstimos estão garantidos da seguinte forma:

- (a) Aval da Sul América S.A.
- (b) Nota promissória e aval da Sul América S.A.
- (c) Aval da Saepar Serviços e Participações S.A.
- (1) Empréstimo liquidado antecipadamente;
- (2) Linha de crédito liquidada antecipadamente;
- (3) 2,75% por ano até 02 de abril de 2007 e 2,40% por ano a partir de 3 de abril de 2007;
- (4) Conforme mencionado na nota (22) de Eventos Subseqüentes e no prospecto de abertura de capital da Companhia ocorrido em 5 de outubro de 2007, as linhas de crédito captadas junto a União de Bancos Brasileiros S.A. e Banco Santander S.A. foram liquidadas em 9 de outubro de 2007, assim como a antecipação no mesmo percentual do contrato de derivativo – *swap* constituído para a proteção do referido *Senior Notes*. Em consequência, o valor de R\$139.486 foi reclassificado do passivo não circulante para o passivo circulante.

Determinados contratos de empréstimos estão sujeitos a condições restritivas e possuem cláusulas que requerem que a Sul América S.A. e sua controlada Saepar Serviços e Participações S.A. observem alguns parâmetros pré-estabelecidos, tais como:

- Certos limites e índices financeiros, relacionados à dívida total e ao patrimônio líquido consolidado;
- Proibição da alteração substancial da natureza das atividades e ramo de negócios, atualmente explorados pela controlada Saepar Serviços e Participações S.A.;
- Proibição da alienação, fusão, cisão ou qualquer reestruturação societária na controlada Saepar Serviços e Participações S.A. que comprometa o cumprimento das obrigações;
- Proibição da alienação, fusão, cisão ou qualquer reestruturação societária na controlada Saepar Serviços e Participações S.A. cuja participação dos atuais controladores no seu capital social seja reduzida, de forma que fique impossibilitada de exercer permanentemente, a maioria dos votos em Assembléia Geral e de eleger a maioria dos administradores sem anuência dos bancos.

## 14. COMPROMISSOS E ÔNUS A LIQUIDAR

Determinadas controladas que operam com seguros registram como imobilizado certas propriedades que foram dadas em garantia, por decisão judicial, devido a ações cíveis relativas a sinistros. O valor contábil dessas propriedades, líquido de depreciação, era de R\$2.961 em 30 de setembro de 2007 (R\$3.119 em 31 de dezembro de 2006). Determinadas controladas possuem bens vinculados à SUSEP e à ANS, oferecidos em garantia para coberturas das provisões técnicas, que estão relacionados na Nota (11).

## 15. DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS, OUTROS PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES FISCAIS

Compõem-se como se segue:

	Controladora		
	30 de setembro de 2007		
	Depósitos judiciais e fiscais	Outros passivos contingentes	Obrigações fiscais
Fiscais:			
Imposto de renda	409	-	409
Outros	<u>9</u>	=	<u>44</u>
Total	<u>418</u>	=	<u>453</u>
Não circulante	418	-	453
	31 de dezembro de 2006		
	Depósitos judiciais e fiscais	Outros passivos contingentes	Obrigações fiscais
Fiscais:			
Imposto de renda	307	-	377
Outros	<u>9</u>	=	<u>24</u>
Total	<u>316</u>	=	<u>401</u>
Não circulante	316	-	401





## 15.1. Ações Judiciais de Naturezas Cível, Trabalhista e Fiscal e DPVAT

A Controladora e suas controladas diretas e indiretas possuem as seguintes quantidades de ações judiciais, segregadas segundo a sua natureza, probabilidade de perda, valores estimados e provisionados:

Controladora			
30 de setembro de 2007			
<u>Fiscais</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Estimativa</u>	<u>Outros passivos contingentes e obrigações fiscais</u>
Provável	1	409	409
Possível	2	44	44
Remota	<u>1</u>	<u>29</u>	<u>-</u>
Total	<u>4</u>	<u>482</u>	<u>453</u>

31 de dezembro de 2006			
<u>Fiscais</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Estimativa</u>	<u>Outros passivos contingentes e obrigações fiscais</u>
Provável	1	377	377
Possível	2	43	24
Remota	<u>1</u>	<u>27</u>	<u>-</u>
Total	<u>4</u>	<u>447</u>	<u>401</u>

Consolidado			
30 de setembro de 2007			
<u>I - Cíveis e DPVAT</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Estimativa</u>	<u>Outros passivos contingentes</u>
Provável	5.972	197.184	154.517
Possível	11.144	332.814	164.595
Remota	<u>1.771</u>	<u>103.879</u>	<u>17.009</u>
Total	<u>18.887</u>	<u>633.877</u>	<u>336.121</u>

<u>II - Trabalhistas</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Estimativa</u>	<u>Outros passivos contingentes</u>
Provável	344	25.377	13.521
Possível	763	100.605	28.915
Remota	<u>180</u>	<u>144.894</u>	<u>5.100</u>
Total	<u>1.287</u>	<u>270.876</u>	<u>47.536</u>

	<u>Quantidade</u>	<u>Estimativa</u>	<u>Outros passivos contingentes e obrigações fiscais</u>
<b>III - Fiscais</b>			
Provável	245	325.784	325.784
Possível	142	568.838	439.118
Remota	<u>77</u>	<u>548.898</u>	<u>19.313</u>
Total	<u>464</u>	<u>1.443.520</u>	<u>784.215</u>
31 de dezembro de 2006			
	<u>Quantidade</u>	<u>Estimativa</u>	<u>Outros passivos contingentes</u>
<b>I - Cíveis e DPVAT</b>			
Provável	5.665	145.615	132.186
Possível	11.388	276.409	148.004
Remota	<u>2.039</u>	<u>81.741</u>	<u>18.295</u>
Total	<u>19.092</u>	<u>503.765</u>	<u>298.485</u>
	<u>Quantidade</u>	<u>Estimativa</u>	<u>Outros passivos contingentes</u>
<b>II - Trabalhistas</b>			
Provável	392	29.997	14.997
Possível	735	57.315	23.528
Remota	<u>154</u>	<u>119.020</u>	<u>4.454</u>
Total	<u>1.281</u>	<u>206.332</u>	<u>42.979</u>
	<u>Quantidade</u>	<u>Estimativa</u>	<u>Outros passivos contingentes e obrigações fiscais</u>
<b>III - Fiscais</b>			
Provável	172	574.945	574.945
Possível	135	534.732	362.135
Remota	<u>83</u>	<u>591.637</u>	<u>61.700</u>
Total	<u>390</u>	<u>1.701.314</u>	<u>998.780</u>

## 15.2. Movimentação das Provisões para Contingências Relevantes

	Consolidado				Saldos em 30 de setembro de 2007
	Saldos em 31 de dezembro de 2006	<u>Adições</u>	<u>Atualização monetária</u>	(Pagamentos)/ <u>(baixas)</u>	
Cíveis	295.554	64.115	16.542	(42.975)	333.236
Fiscais:					
PIS	254.466	82.613	8.136	(129.005)	216.210
COFINS	528.657	35.153	31.878	(288.860)	306.828
Demais	162.923	27.180	5.097	(3.782)	191.418
Previdenciárias:					
INSS	52.734	19.036	335	(2.346)	69.759

### 15.3. Ações Fiscais

COFINS - A partir de 1999, a COFINS passou a ser devida pelas Companhias de seguro, de previdência complementar e pelas demais instituições financeiras, à alíquota de 3%. Desde então, as controladas Sul América Companhia Nacional de Seguros, Sul América Seguros de Vida e Previdência S.A., Sul América Companhia de Seguros Gerais, Sul América Santa Cruz Participações S.A. e Sul América Seguro Saúde S.A. passaram a questionar judicialmente a constitucionalidade da lei ordinária que instituiu o recolhimento dessa contribuição. Em dezembro de 2006, foi publicada a decisão parcialmente favorável proferida pelo Supremo Tribunal Federal - STF (exceto para a Sul América Seguro Saúde S.A., que aguarda o julgamento), tendo sido acolhido recurso extraordinário das impetrantes para afastar a ampliação da base de cálculo sobre outras receitas, decidindo, todavia, pela constitucionalidade da cobrança da contribuição. As referidas controladas vêm, desde então, recolhendo a COFINS sobre a receita de sua atividade de seguro. A decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal - STF transitou em julgado no dia 12 de fevereiro de 2007. As controladas que tiveram o trânsito em julgado desta ação reverteram, em 31 de dezembro de 2006, a provisão relacionada à ampliação da base de cálculo, no montante de R\$66.748. Em 27 de julho de 2007, os valores depositados judicialmente relativos à parcela da COFINS sobre as receitas de sua atividade seguros foram convertidos em renda da União. As autoras aguardam a autorização judicial para efetuar o levantamento das parcelas depositadas, calculadas sobre outras receitas.

A controlada Sul América Seguro Saúde S.A. vem recolhendo a COFINS sobre as receitas de sua atividade, depositando e provisionando sobre outras receitas. Os advogados que patrocinam a causa da Sul América Seguro Saúde S.A. reputam como provável a perda da demanda sobre a receita da atividade de seguro e remota sobre outras receitas.

Com a promulgação da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, as controladas das áreas de seguro e de previdência privada passaram a questionar a constitucionalidade da majoração da alíquota da COFINS para 4%, provisionando e depositando judicialmente o diferencial de 1% incidente sobre a receita bruta. Com a decisão do STF em afastar a ampliação da base de cálculo sobre outras receitas, as referidas controladas deixaram de depositar e provisionar a COFINS sobre outras receitas, exceto a Sul América Companhia de Seguro Saúde e a Sul América Seguro Saúde S.A. que continuam depositando e provisionando a COFINS sobre a receita de sua atividade e, somente a Sul América Companhia de Seguro Saúde continua depositando e provisionando sobre outras receitas. Os advogados que patrocinam as causas reputam como provável a perda da demanda sobre a majoração da alíquota de 1% incidente sobre a receita de sua atividade de seguro e previdência privada.

PIS - As controladas das áreas de seguro e de previdência privada vêm questionando e depositaram judicialmente a contribuição do PIS, instituída pelas Emendas Constitucionais nºs 1/1994, 10/1996 e 17/1997, com a incidência de 0,75% sobre a receita bruta. Em 31 de dezembro de 2006, a Companhia e certas controladas decidiram reforçar a provisão do PIS Emendas Constitucionais 01/1994, 10/1996 e 17/1997 e Lei nº 9.718/1998, no montante de R\$62.148 no consolidado. Os advogados que patrocinam as causas reputam como possível a perda das demandas.

Adicionalmente, a partir de fevereiro de 1999, com a promulgação das Leis nºs 9.701 e 9.718/1998, a base de cálculo do PIS foi ampliada em função do novo conceito de receita bruta, e sua alíquota reduzida de 0,75% para 0,65%. As controladas das áreas de seguro e de previdência privada vinham provisionando e questionando judicialmente a constitucionalidade da expansão da carga tributária do PIS, obtendo liminar sem depósito judicial (exceto para a controlada Sul América Seguro Saúde S.A., que vinha depositando os valores judicialmente) e recolhendo o PIS na forma da Lei Complementar nº 7/1970. Em 1º de março de 2007, foi publicada a decisão parcialmente favorável proferida pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região, determinando que as controladas Sul América Companhia Nacional de Seguros, Sul América Santa Cruz Participações S.A., Sul América Seguros de Vida e Previdência S.A. e Sul América Companhia de Seguros Gerais passassem a recolher o PIS com base nas receitas de venda de mercadorias e/ou serviços, afastando a ampliação da base de cálculo sobre outras receitas. Em decorrência da mencionada decisão, em março de 2007 essas controladas recolheram o montante de R\$52.231 relativos ao PIS com base na receita da atividade de seguro e previdência, referente ao período compreendido entre 1999 e 2006. Desde janeiro de 2007 essas controladas passaram a recolher o PIS com base na receita da atividade de seguro e previdência, continuando a provisionar integralmente os valores questionados sobre outras receitas. Em 27 de junho, transitou em julgado a decisão proferida em 1º de março e, dessa forma, as controladas reverteram o passivo constituído sobre outras receitas, no montante de R\$22.978. A Sul América Seguro Saúde S.A. passou a recolher, a partir de janeiro de 2007, o PIS sobre a receita de sua atividade, depositando e provisionando a contribuição sobre outras receitas. A Sul América Companhia de Seguro Saúde permanece com a exigibilidade suspensa, amparada na liminar concedida, provisionando a contribuição calculada sobre a totalidade das receitas. Os advogados que patrocinam a causa reputam como provável a perda da demanda relativa ao PIS devido com base na receita da atividade de seguro e previdência, e remota para a ampliação da base de cálculo sobre outras receitas.

INSS - As controladas das áreas de seguro e de previdência privada vêm questionando e depositando judicialmente a contribuição previdenciária sobre as remunerações pagas aos prestadores de serviços médicos e corretores de seguro, instituída pela Lei Complementar nº 84/1996 e regulamentada pela Lei nº 9.876/1999, à alíquota de 20% e adicional de 2,5%, por entender que os serviços médicos e de corretagem de seguros não são prestados às seguradoras, mas ao segurado, estando, desta forma, fora do campo de incidência da contribuição prevista no Inciso III, Artigo 22, da Lei nº 8.212/1991. O passivo contingente relativo a corretores foi complementado no período no montante de R\$11.479. Os advogados que patrocinam a causa reputam como remota a expectativa de perda da demanda relativa à contribuição previdenciária incidente sobre as remunerações pagas aos prestadores médicos e possível para os corretores de seguro.

A controlada indireta Sul América Serviços Médicos S.A. foi autuada (notificação fiscal de lançamento de débito) em 2005 pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) no montante de R\$49.680, em função da alegada falta de recolhimento da contribuição previdenciária sobre os valores pagos aos prestadores de serviços médicos referentes ao período de maio de 1996 a dezembro de 1998. A Sul América Serviços Médicos S.A. contestou a referida autuação e já apresentou a sua defesa. Essa discussão encontra-se ainda na esfera administrativa, e os advogados que patrocinam a

causa reputam como remota a expectativa de perda. Dessa forma, a Administração da controlada não constituiu provisão para contingências relacionadas ao referido questionamento.

Em maio de 2006, a Sul América Serviços Médicos S.A. obteve decisão favorável, transitada em julgado, proferida pelo Superior Tribunal de Justiça na ação, para proceder à compensação dos créditos oriundos dos recolhimentos efetuados a título de contribuição previdenciária, exigida pelo Inciso I, Artigo 22, da Lei nº 8.212/1991, sobre remunerações pagas ou creditadas a empresários e autônomos, no montante de R\$14.692. Em outubro do mesmo ano, a Sul América Serviços Médicos S.A. obteve outra decisão favorável para também proceder à compensação dos créditos oriundos dos recolhimentos efetuados a título da contribuição previdenciária, exigida pelo Inciso I, Artigo 3º, da Lei nº 7.787/1989, sobre a remuneração de autônomos e administradores, na forma prevista na Lei Complementar nº 84/1996, no montante de R\$33.574. Em decorrência das decisões favoráveis mencionadas, o total dos créditos a compensar, atualizado, no montante de R\$48.266, foi registrado na rubrica Créditos Tributários e Previdenciários. O saldo dos referidos créditos, líquidos das compensações em 30 de setembro de 2007, é de R\$43.483 (R\$46.052 em 31 de dezembro de 2006), sendo que o montante de R\$5.158 (R\$5.237 em 31 de dezembro de 2006) está registrado no ativo circulante e R\$38.326 (R\$40.815 em 31 de dezembro de 2006) está registrado no ativo não circulante.

## 16. OBRIGAÇÕES A PAGAR

Compõem-se como se segue:

	Controladora	
	30 de setembro de 2007	31 de dezembro de 2006
Provisões com sociedades ligadas – Brasilveículos Companhia de Seguros - Nota (12)	5.000	5.000
Obrigações fiscais - Nota (15)	453	401
Parcelamento – PAES - (*)	<u>806</u>	<u>837</u>
Total	<u>6.259</u>	<u>6.238</u>
	Consolidado	
	30 de setembro de 2007	31 de dezembro de 2006
Obrigações fiscais - Nota (15)	690.810	920.781
Parcelamento – PAES - (*)	<u>171.761</u>	<u>189.875</u>
Total	<u>862.571</u>	<u>1.110.656</u>

(\*) Refinanciamento Fiscal – Paes

A Lei nº 10.684, de 31 de maio de 2003, instituiu o Parcelamento Especial (PAES), cujo objetivo era a regularização de créditos da União decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal (SRF), Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS).

Em 31 de julho de 2003, a Controladora e suas controladas Sul América Companhia Nacional de Seguros, Sul América Seguro Saúde S.A., Sul América Companhia de Seguro Saúde, Sul América Investimentos e Participações S.A., Sul América Santa Cruz Participações S.A., Sul América Serviços Médicos S.A., Sul América Companhia de Seguros Gerais e Executivos S.A. - Administração e Promoção de Seguros, aderiram ao parcelamento, com o objetivo de parcelar valores devidos relativos à COFINS, imposto de renda, contribuição social sobre o lucro líquido, Finsocial, Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e INSS, os quais encontravam-se em discussão nas esferas administrativa ou judicial. O montante das obrigações incluídas no PAES foi de R\$253.353 (líquido da redução de multa de 50%).

O parcelamento prevê o pagamento dos mencionados tributos e contribuições em até 180 parcelas iguais e mensais, conforme montante e prazos previstos na legislação vigente, com vencimento final até 30 de junho de 2018, conforme o número de meses da opção, atualizadas com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).

Em 30 de setembro de 2007, as obrigações estão contabilizadas na rubrica Provisão para Impostos e Contribuições no passivo circulante, no montante de R\$82 (R\$79 em 31 de dezembro de 2006) na Controladora e R\$33.372 (R\$32.199 em 31 de dezembro de 2006) no consolidado e na rubrica Obrigações a Pagar, no passivo não circulante, no montante de R\$806 (R\$837 em 31 de dezembro de 2006) na Controladora e R\$171.761 (R\$189.875 em 31 de dezembro de 2006) no consolidado.

Até 30 de setembro de 2007, o montante de R\$308 foi quitado pela Controladora e R\$124.138 pelas suas controladas, correspondente a 50 parcelas.

## 17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 17.1. Capital Social – Controladora

O capital social constitui-se de 130.371.196 ações ordinárias nominativas e 75.924.735 ações preferenciais nominativas, sem valor nominal, totalmente integralizadas em 30 de setembro de 2007 (4.128.934.823 ações ordinárias nominativas e 8.256.731.384 ações preferenciais nominativas, sem valor nominal, totalmente integralizadas, havendo ainda 6 ações ordinárias nominativas e 26 ações preferenciais nominativas em tesouraria em 31 de dezembro de 2006). De acordo com o estatuto, são assegurados aos acionistas dividendos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido do exercício, ajustados em consonância com a legislação em vigor.

Em 29 de junho de 2007, foi aprovada em Assembléia Geral Extraordinária o direito de acionistas titulares de ações preferenciais e ordinárias à conversão de suas ações ordinárias em preferenciais e de ações preferenciais em ordinárias, na proporção de uma ação ordinária para uma ação preferencial e de uma ação preferencial para uma ação ordinária, pelo prazo de 30 dias a contar da publicação da ata da mencionada Assembléia. Na mesma data, em assembléia especial, os acionistas titulares de ações preferenciais aprovaram a extinção das vantagens atribuídas às suas ações de receber dividendos superiores em 10% ao dividendo atribuído a cada ação ordinária.

Em 6 de setembro de 2007, a Assembléia Geral Extraordinária dos acionistas aprovou as seguintes alterações no Estatuto Social da Companhia: (i) a nova composição do capital social resultante do agrupamento de ações e do cancelamento das frações das ações remanescentes bem como do cancelamento das ações, de emissão da Companhia, mantidas em tesouraria, passando o capital social a ser composto de 206.295.931 ações divididas em 130.371.196 ações ordinárias e 75.924.735 ações preferenciais, (ii) alteração do limite do capital autorizado para 150.000.000 de novas ações ordinárias ou preferenciais e (iii) adesão da Companhia ao Nível 2 de práticas diferenciadas de Governança Corporativa da BOVESPA.

Em 24 de setembro de 2007, a Assembléia Geral Extraordinária aprovou a capitalização de Lucros Acumulados no montante de R\$8.309 e da Reserva de Alienação de Ações em Tesouraria, no montante de R\$462.424, sem emissão de novas ações, passando o capital social para R\$765.831.

#### 17.2. Capital Social Autorizado - Controladora

O capital social da Companhia poderá ser elevado até o limite de 150.000.000 de novas ações ordinárias e/ou preferenciais, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará a espécie e classe das ações a serem emitidas, o preço de emissão e as condições de colocação.

#### 17.3. Capital Mínimo e Adicional

Para as controladas diretas e indiretas que operam com ramos de seguros e previdência privada em 26 de dezembro de 2006, o CNSP emitiu as Resoluções nº 155 e nº 158, as quais dispõem sobre a nova regra de capital mínimo requerido para autorização e funcionamento das seguradoras, e que passarão a vigorar em 1º de janeiro de 2008. O capital mínimo requerido será a soma do capital base, fixado em função da região de atuação da Companhia, e do capital adicional, variável em função dos riscos de crédito, mercado, legal, operacional e de subscrição. O capital adicional, baseado no risco de subscrição, será calculado por meio de fatores determinados pela SUSEP, que deverão ser aplicados à experiência de prêmios e sinistros retidos dos últimos doze meses das Companhias que operam nos ramos de seguros. Esses fatores são determinados por grupo de região e ramos, conforme disposto na Resolução nº 158. O capital adicional referente aos demais riscos ainda dependem de regulamentação adicional por parte da SUSEP. Nos casos de insuficiência, a seguradora deverá aumentar o capital, observando o seguinte cronograma: 30% em até um ano, 60% em até dois anos e 100% em até três anos.

## 18. DETALHAMENTO DAS CONTAS DO RESULTADO

## 18.1. Principais Ramos de Atuação

Em 30 de setembro, as controladas diretas e indiretas da atividade de seguros têm os prêmios ganhos, a sinistralidade e o comissionamento para os principais ramos, conforme demonstrado a seguir:

	30 de setembro de 2007			30 de setembro de 2006		
	Prêmios ganhos	Sinistralidade	Comissionamento	Prêmios ganhos	Sinistralidade	Comissionamento
Saúde grupal	1.711.037	73,7%	7,5%	1.521.896	75,9%	7,7%
Automóveis	1.498.964	62,3%	19,1%	1.475.934	63,2%	18,4%
Saúde individual (*)	1.198.811	74,2%	0,5%	1.036.924	87,1%	0,7%
Vida em grupo	140.883	70,3%	17,9%	192.083	71,4%	19,1%
DPVAT	90.735	82,2%	0,9%	72.774	89,6%	1,0%

(\*) Em 20 de dezembro de 2004, a controlada Sul América Companhia de Seguro Saúde firmou o Termo de Compromisso nº 002/2004 com a ANS, com a interveniência da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça, em que foram estabelecidos, entre outros, a metodologia e o compromisso para o cálculo e reajuste dos prêmios da carteira representada pelos contratos de seguro Saúde Individual emitidos até 1º de janeiro de 1999 e não adaptados à Lei 9.656/98, com o objetivo de restabelecer os seus respectivos equilíbrios econômico e financeiro. Em linha com o referido Termo, a ANS autorizou, em 16 de junho de 2005, o reajuste dos prêmios dos referidos contratos em 26,10%, a partir de 1º de julho de 2005. Esse reajuste, no entanto, foi contestado judicialmente por terceiros.

Em uma dessas ações judiciais, a decisão liminar concedida pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, que impôs à Sul América Companhia de Seguro Saúde a observância de índice de reajuste diverso daquele autorizado pela ANS, foi cassada pelo Presidente do Superior Tribunal de Justiça, em 5 de outubro de 2005. Tal decisão foi, em seguida, submetida à Corte Especial daquele tribunal que, em 19 de dezembro de 2005, corroborou, por votação de 13 votos a 1, a decisão do Presidente do Tribunal. Em 31 de maio de 2007, foi transitada em julgado da decisão da Ação Civil Pública do Ministério Público Estadual do Estado de São Paulo (MPE-SP), que corroborou a competência da ANS para estabelecer os índices de reajustes dos Planos individuais contratados antes de 1º de janeiro de 1999, autorizando, portanto, a aplicação integral dos índices de reajuste resultantes do cálculo estabelecido no referido Termo de compromisso. A controlada Sul América Companhia de Seguro Saúde firmou acordo (homologado na referida Ação Civil Pública) com o MPE-SP estabelecendo a forma de execução da sentença. Em consequência, em 30 de setembro de 2007 a diferença de prêmios a serem cobrados para os segurados ativos na data de cobrança do Estado de São Paulo, no montante de R\$136.754, está reconhecida contabilmente, na rubrica Prêmios de Seguros, em contra-partida da rubrica Prêmios a Receber no ativo circulante, e em Títulos e Créditos a Receber, no não circulante, e será cobrada em até 12 parcelas mensais e iguais, a partir de abril de 2008. Para fazer face à inadimplência esperada dos prêmios parcelados e às despesas a serem incorridas na cobrança desses prêmios, e a outras despesas pela cobrança do prêmio retroativo, foi constituída uma provisão na ordem de 40% do montante de prêmios emitidos, no valor de R\$54.702.



Essa provisão foi registrada em contra-partida da rubrica Outras Despesas Operacionais.

Essa decisão poderá influenciar as outras duas decisões liminares das cortes estaduais do Rio de Janeiro e da Bahia para que sejam também reformadas no mesmo sentido, resultando no reconhecimento do poder regulatório da ANS e na confirmação da legitimidade do referido reajuste de 26,10%.

## 18.2. Despesas de Comercialização – Seguros

Compõem-se como se segue:

	Consolidado	
	30 de setembro de 2007	30 de setembro de 2006
<u>Comissões:</u>		
Sobre prêmios	(581.099)	(600.228)
Sobre prêmios cancelados e restituídos	68.245	76.060
Sobre prêmios cedidos	8.894	6.834
Outras despesas comercialização	(2.639)	(1.693)
Varição de despesas de comercialização diferidas	<u>(5.861)</u>	<u>14.490</u>
Total	<u>(512.460)</u>	<u>(504.537)</u>

## 18.3. Despesas de Comercialização – Previdência

Compõem-se como se segue:

	Consolidado	
	30 de setembro de 2007	30 de setembro de 2006
<u>Comissões:</u>		
Despesas de corretagem	(2.256)	(2.096)
Despesas com vendas	-	(804)
Despesas com honorários técnicos	<u>(8)</u>	<u>(11)</u>
Total	<u>(2.264)</u>	<u>(2.911)</u>

## 18.4. Despesas Administrativas

Compõem-se como se segue:

	Controladora	
	30 de setembro de 2007	30 de setembro de 2006
Pessoal próprio (a)	(1.298)	(852)
Serviços de terceiros, principalmente honorários advocáticos e auditoria	(1.755)	(83)
Localização e funcionamento	(84)	(42)
Outras	<u>(91)</u>	<u>(35)</u>
Total	<u>(3.228)</u>	<u>(1.012)</u>

	Consolidado	
	30 de setembro de 2007	30 de setembro de 2006
Pessoal próprio (a)	(303.039)	(278.187)
Serviços de terceiros	(108.773)	(104.641)
Localização e funcionamento	(125.479)	(131.171)
Publicidade e propaganda	(29.965)	(18.689)
Despesas Administrativas Convênio DPVAT	(8.226)	(8.680)
Outras Despesas Administrativas	<u>(17.999)</u>	<u>(14.527)</u>
Total	<u>(593.481)</u>	<u>(555.895)</u>

(a) Em 30 de setembro de 2007, no item Pessoal Próprio estão incluídas as remunerações e os encargos de administradores, no montante de R\$1.226 (R\$731 em 30 de setembro de 2006) na Controladora, e de R\$39.912 (R\$27.437 em 30 de setembro de 2006) no consolidado.

## 18.5. Outras Receitas Operacionais

Compõem-se como se segue:

	Consolidado	
	30 de setembro de 2007	30 de setembro de 2006
Custo de apólice	74.221	73.724
Outras receitas com operações de seguros	<u>20.866</u>	<u>44.839</u>
Total	<u>95.087</u>	<u>118.563</u>

## 18.6. Outras Despesas Operacionais

Compõem-se como se segue:

	Consolidado	
	30 de setembro de 2007	30 de setembro de 2006
Despesas com operações de seguros	(41.760)	(53.572)
Despesas com cobrança de seguros	(7.781)	(7.825)
Taxas de administração de seguros	(10.236)	(12.075)
Serviços técnicos de seguros	(13.998)	(10.779)
Constituição da provisão para riscos de crédito (a)	(67.777)	(21.447)
Despesas com pró-labore	(31.996)	(34.217)
Constituição de provisão para contingências cíveis	<u>(50.863)</u>	<u>(21.540)</u>
Total	<u>(224.411)</u>	<u>(161.455)</u>

- (a) Em 30 de setembro de 2007, a variação ocorrida na linha Constituição da provisão para riscos de crédito refere-se à provisão registrada para fazer face à inadimplência esperada, e outras despesas pela cobrança dos prêmios retroativos do ramo saúde individual, conforme mencionado na Nota (18.1), no montante de R\$54.702.

## 18.7. Receitas Financeiras

Compõem-se como se segue:

	Controladora	
	30 de setembro de 2007	30 de setembro de 2006
Rendimentos dos fundos de investimento	7.473	-
Títulos de renda fixa	26	53
Juros e variação monetária sobre depósitos judiciais	28	50
Variações monetárias e cambiais sobre compromissos mobiliários, empréstimos e financiamentos e swaps	90.624	226
Juros sobre o capital próprio	10.474	-
Outras	<u>30</u>	<u>135</u>
Total	<u>108.655</u>	<u>464</u>

	Consolidado	
	30 de setembro de 2007	30 de setembro de 2006
Rendimentos dos fundos de investimento (a)	352.805	253.707
Títulos de renda fixa - privados	25.246	16.853
Títulos de renda fixa - públicos	92.540	62.806
Títulos de renda variável (b)	31.097	5.145
Operações de seguros	69.806	86.445
Juros e variação monetária sobre depósitos judiciais (c)	66.632	194.731
Variações monetárias e cambiais sobre compromissos mobiliários, empréstimos e financiamentos e swaps	99.917	105.775
Outras	38.724	53.210
Total	<u>776.767</u>	<u>778.672</u>

- (a) Em 2007, a linha Rendimentos dos fundos de investimento contempla um ganho de R\$80.549, apurados por determinadas controladas na alienação de títulos de renda fixa – públicos, que estavam anteriormente classificados como títulos e valores mantidos até o vencimento e compunham a carteira de determinados Fundos de investimento exclusivos. Esses títulos foram alienados e novos títulos e valores mobiliários foram adquiridos, e classificados como títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento e para negociação.
- (b) Em 2007, a linha Títulos de renda variável contempla o ganho de R\$31.096, decorrente da alienação de ações, contabilizadas em fundos de investimento exclusivos, no montante de R\$85.867.
- (c) Em 2006, a variação ocorrida na linha de Juros e variação monetária sobre depósitos judiciais refere-se, principalmente, a ajuste contabilizado para alinhar a atualização monetária dos depósitos judiciais fiscais pela SELIC, no montante de R\$141.601.

## 18.8. Despesas Financeiras

Compõem-se como se segue:

	Controladora	
	30 de setembro de 2007	30 de setembro de 2006
Desvalorização de quotas de fundo de investimento (a)	(33.844)	-
Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira - (CPMF)	(2.755)	(46)
Juros e variações cambiais sobre empréstimos, financiamentos, swaps e contratos de mútuo	(97.339)	-
Atualização monetária e juros das obrigações fiscais	(28)	(50)
Outras	<u>(1.716)</u>	<u>(67)</u>
Total	<u>(135.682)</u>	<u>(163)</u>
	Consolidado	
	30 de setembro de 2007	30 de setembro de 2006
Operações de seguros	(32.678)	(38.169)
Desvalorização de quotas de fundo de investimento (a)	(34.914)	(7.496)
Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira - (CPMF)	(34.564)	(30.704)
Atualização monetária e juros da provisão de sinistros a liquidar em disputa judicial, da provisão para contingências e das obrigações fiscais (b)	(70.368)	(209.186)
Atualização monetária das provisões técnicas – operações de previdência	(105.565)	(84.164)
Juros e variações cambiais sobre empréstimos, financiamentos, swaps e contratos de mútuo	(131.901)	(162.843)
Juros de mora	(10.561)	(13.046)
Outras	<u>(1.959)</u>	<u>(14.166)</u>
Total	<u>(422.510)</u>	<u>(559.774)</u>

(a) Em 2007, a linha Desvalorização de Quotas de Fundo de Investimento contempla o montante de R\$15.734 referente à desvalorização cambial do fundo da Controladora em maio.

(b) Em 2006, a variação ocorrida na linha de atualização monetária e juros da provisão de sinistros a liquidar em disputa judicial, da provisão para contingências e das obrigações fiscais refere-se, principalmente, a ajuste contabilizado para alinhar a atualização monetária das provisões para contingências tributárias e obrigações fiscais pela SELIC, no montante de R\$141.601.

## 18.9. Resultado Não Operacional

Compõe-se como se segue:

	Controladora	
	30 de setembro de 2007	30 de setembro de 2006
Ganho/(perda) de capital	(619)	758
Outras	-	(9)
Total	<u>(619)</u>	<u>749</u>

	Consolidado	
	30 de setembro de 2007	30 de setembro de 2006
Resultado na alienação de bens – ativo permanente	309	(2.873)
Ganho/(perda) de capital	(214)	(1.515)
Outras	<u>320</u>	<u>(12.859)</u>
Total	<u>415</u>	<u>(17.247)</u>

Na linha Outras, em 2006, inclui o valor de R\$15.736, relativo ao pagamento de acordo extrajudicial de comissões pelas controladas indiretas.

## 19. RECONCILIAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas oficiais estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações de resultado, como se segue:

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2007		30 de setembro de 2007	
	<u>Imposto de renda</u>	<u>Contribuição social</u>	<u>Imposto de renda</u>	<u>Contribuição social</u>
Lucro antes da provisão para imposto de renda, contribuição social e participações	<u>273.435</u>	<u>273.435</u>	<u>551.146</u>	<u>551.146</u>
Despesas de imposto de renda e contribuição social às alíquotas - 25% e 9%	<u>(68.359)</u>	<u>(24.609)</u>	<u>(137.787)</u>	<u>(49.603)</u>
Adições:				
Provisão para contingências e obrigações fiscais	-	-	(5.743)	(4.155)
Provisões para devedores duvidosos	-	-	(8.386)	(3.628)
Provisão para perda em Investimentos	-	-	(493)	(178)
Despesas não dedutíveis	(2)	-	(4.832)	(1.416)
Amortização de ágio	(96)	-	(1.020)	-
Encargos sobre diferimento cambial	(7.688)	(2.768)	(8.605)	(3.098)
Prejuízo resultado exterior	-	-	(415)	(150)
Participações no lucro	(16)	(6)	(2.283)	(1.313)
Outras	(154)	-	(1.651)	(593)

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2007		30 de setembro de 2007	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Exclusões:				
Equivalência patrimonial	76.495	27.538	2.400	864
Reversão de provisões indedutíveis	-	-	328	348
Atualizações de depósitos judiciais	-	-	552	199
Outras exclusões	-	-	667	373
Receitas/(despesas) com imposto de renda/ contribuição social corrente	180	155	(167.268)	(62.350)
A - Constituição/(reversão) de créditos e débitos tributários	(146)	(158)	(4.716)	(1.966)
B - Amortização do ágio - benefício fiscal	-	-	9.888	3.560
A + B = Total dos créditos (débitos) tributários	<u>(146)</u>	<u>(158)</u>	<u>5.172</u>	<u>1.594</u>
Receita/(Despesa) de imposto de renda e contribuição social registrado na demonstração do resultado	<u>34</u>	<u>(3)</u>	<u>(162.096)</u>	<u>(60.756)</u>
	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2006		30 de setembro de 2006	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes da provisão para imposto de renda, contribuição social e participações	<u>87.472</u>	<u>87.472</u>	<u>244.624</u>	<u>244.624</u>
Despesas de imposto de renda e contribuição social às alíquotas - 25% e 9%	<u>(21.868)</u>	<u>(7.872)</u>	<u>(61.156)</u>	<u>(22.016)</u>
Adições:				
Provisão para perda em investimentos	-	-	(377)	-
Provisão para contingências e obrigações fiscais	-	-	(12.318)	(3.260)
Provisão para riscos de crédito	-	-	(3.256)	(1.637)
Provisões não dedutíveis	-	-	(889)	(320)
Despesas não dedutíveis	(22)	(8)	(5.587)	(1.581)
Amortização de ágio	(96)	-	(1.020)	-
Encargos sobre diferimento cambial	-	-	(369)	(133)
Outras	-	(2)	(3.845)	(731)
Exclusões:				
Equivalência patrimonial	21.964	7.907	46	17
Reversão da provisão para perda em investimentos	22	7	4.513	1.693
Reversão da provisão para contingências e obrigações fiscais	-	-	1.118	368
Reversão da provisão para riscos de crédito	-	-	24	70
Encargos sobre diferimento cambial	1.602	577	760	273
Participações nos lucros	-	-	1.931	695
Outras	256	-	2.413	577
Outros itens:				
Incentivos fiscais	-	-	446	-

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2006		30 de setembro de 2006	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Receitas/(despesas) com imposto de renda/ contribuição social corrente	1.858	609	(77.566)	(25.985)
A - Reversão de créditos e débitos tributários	(301)	(24)	(13.309)	(10.065)
B - Amortização do ágio – benefício fiscal	-	-	13.015	4.685
A + B = Total dos créditos (débitos) tributários	<u>(301)</u>	<u>(24)</u>	<u>(294)</u>	<u>(5.380)</u>
Receita/(despesa) de imposto de renda e contribuição social registrado na demonstração do resultado	<u>1.557</u>	<u>585</u>	<u>(77.860)</u>	<u>(31.365)</u>

## 20. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A Administração de determinadas controladas diretas e indiretas identificou os seguintes benefícios pós-emprego:

### a) Benefício de Aposentadoria Suplementar

O referido Benefício era concedido aos funcionários em até 60% da média salarial das últimas 36 remunerações atualizadas, proporcionais ao número de anos trabalhados nas Companhias, limitado a 35 anos, descontado o benefício previdenciário oficial. O antigo plano foi extinto e substituído no segundo semestre de 2004, por um plano de contribuição definida, por meio do Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL), contratado junto a Sul América Seguros de Vida e Previdência S.A.

Em decorrência da alteração mencionada, o passivo atuarial foi totalmente revertido contra o ativo atuarial, permanecendo somente o crédito atuarial, no montante de R\$31.021, relativo às contribuições passadas de funcionários que não fazem mais parte do atual quadro de pessoal das Companhias, que será utilizado para fazer face às futuras contribuições.

### b) Benefícios de Renda Vitalícia

Benefício concedido a um grupo exclusivo de ex-empregados aposentados e que consiste em uma renda vitalícia sem direito de continuação *post-mortem* para seus dependentes.

### c) Programa de Indenização para Executivos

Benefício concedido a seus executivos em caso de aposentadoria, que passou pelas seguintes alterações durante o ano de 2003:

- Apresentou redução no número de participantes, sendo esse evento refletido nos resultados conforme determina a NPC nº 26, do IBRACON, aprovado pela Deliberação CVM nº 371;



- Procedeu à alteração no cálculo e na elegibilidade da indenização, passando a conceder o seguinte benefício:

Determinadas controladas indiretas concederam aos seus executivos um plano de contribuição definida por meio do PGBL, contratado junto à Sul América Seguros de Vida e Previdência S.A. O referido benefício garante um montante calculado individualmente, em que reconhece o serviço passado prestado a determinadas controladas diretas e indiretas até a data de implantação do PGBL.

O valor do benefício passado, calculado na data de implantação do plano, será atualizado até a data de aposentadoria, de acordo com o retorno dos investimentos do Fundo de Investimento Financeiro Especialmente Constituído – Plano Gerador de Benefícios Livres.

#### 20.1. Política Contábil Adotada no Reconhecimento do Superávit/Déficit Atuarial

Conforme previsto na NPC nº 26, determinadas controladas optaram por contabilizar os efeitos atuariais, apurados em 31 de dezembro de 2001, no resultado, a partir de 1º de janeiro de 2002, pelo período de cinco anos, e os ganhos/perdas atuariais estão sendo amortizados pelo tempo médio remanescente de trabalho estimado para os empregados participantes do Plano. O valor do reconhecimento dos ganhos ou das perdas atuariais corresponderá à parcela de ganho ou perda que exceder o maior entre 10% do valor presente da obrigação atuarial e 10% do valor justo dos ativos do plano, conforme item 53 do pronunciamento.

#### 20.2. Resultado da Avaliação Atuarial

Descrevemos a seguir os ativos/(passivos) e as despesas reconhecidas e a serem reconhecidas nas demonstrações financeiras das controladas, por benefício concedido:

	Benefício de renda vitalícia		Programa de indenização para executivos		Total	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Passivo atuarial no início do período	4.774	3.801	10.921	12.758	15.695	16.559
Provisões	904	1.772	1.184	2.641	2.088	4.413
Pagamentos	(1.077)	(1.042)	(5.027)	(5.359)	(6.104)	(6.401)
Passivo atuarial no final do período	<u>4.601</u>	<u>4.531</u>	<u>7.078</u>	<u>10.040</u>	<u>11.679</u>	<u>14.571</u>

- (a) No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2007, os valores referentes às despesas resultantes da avaliação atuarial, foram registrados na rubrica Despesas Administrativas.

### 20.3. Premissas Atuariais

As premissas utilizadas nas avaliações dos atuários independentes foram:

- Método de avaliação econômica

O método de apuração da obrigação atuarial adotado foi o Método da Unidade de Crédito Projetada.

- Hipóteses econômicas

2007/2006

Taxa nominal de desconto	12,34% a.a./12,34% a.a.
Taxa nominal de retorno esperado dos ativos	Não aplicável
Taxa nominal de crescimentos salariais futuros	Não aplicável
Inflação	4,5% a.a./4,5% a.a.
Fatores de capacidade:	
- Salários	Não aplicável
- Benefícios	1,0/1,0

- Hipóteses demográficas

Tábua de mortalidade	GAM 1983
Tábua de rotatividade	Experiência SulAmérica: onde a idade inicial é de 19 anos, cuja uma rotatividade utilizada de 14,86%, e cuja idade final é de 60 anos, com uma rotatividade utilizada de 9,61%.
Idade de aposentadoria	Primeira idade com direito a um dos benefícios
% de participantes ativos, casados na data da aposentadoria	Não aplicável
Diferença de idade entre participantes e cônjuge	Não aplicável

A taxa de desconto utilizada por determinadas controladas diretas e indiretas é aquela usualmente praticada no mercado.

## 21. OUTRAS INFORMAÇÕES

### 21.1. Seguros

É política das controladas diretas e indiretas manter cobertura de seguros para os bens do ativo imobilizado sujeitos a riscos e por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, tendo em vista a natureza de sua atividade. Em 30 de setembro de 2007, a cobertura de seguros sobre imóveis e outros bens de uso das controladas diretas e indiretas montava a R\$88.802. O risco de cobertura dos ativos supramencionados foi 100% cedido ao IRB Brasil Resseguros S.A.

## 21.2. Operações Relacionadas com Administração de Recursos de Terceiros e de Fundos de Investimento

Em 30 de setembro de 2007, os patrimônios líquidos dos fundos de investimento e carteiras administrados pela controlada indireta Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. totalizavam R\$11.453.165 (R\$10.726.422 em 31 de dezembro de 2006), sendo R\$8.173.820 (R\$7.739.975 em 31 de dezembro de 2006) provenientes de clientes institucionais (fundos de pensão e empresas), distribuidores externos e clientes *private*;

## 21.3. Provisões Técnicas

Em 26 de dezembro de 2006, o CNSP emitiu a Resolução nº 162, a qual instituiu regras e procedimentos para a constituição das provisões técnicas das Sociedades Seguradoras, Entidades Abertas de Previdência Complementar e Sociedades de Capitalização. Dentre as provisões técnicas existentes, foi adicionada a Provisão Complementar de Prêmios (PCP), a qual deve ser estimada mensalmente, para complementar a Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG), considerando-se todos os riscos vigentes, emitidos ou não. As seguradoras têm o prazo até 31 de dezembro de 2007 para constituir integralmente a mencionada provisão, que deverá ser utilizada somente para fins de cobertura de reserva e como fator de redução do patrimônio líquido, ajustado no cálculo de solvência.

## 22. EVENTOS SUBSEQÜENTES

Em 3 de outubro de 2007, a Controladora obteve da CVM registro de companhia aberta e em 4 de outubro a oferta pública de distribuição de 21.739.132 units (certificados de depósito de ações representando, cada uma, uma ação ordinária e duas ações preferenciais) foi registrada pela CVM. As units passaram a ser negociadas na Bovespa em 5 de outubro de 2007, sob o código SULA11 e foram listadas no Nível 2 de Governança Corporativa.

A oferta foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 3 de agosto de 2007 e o preço de emissão das ações ordinárias e das ações preferenciais e conseqüentemente o preço de R\$31,00 (trinta e um reais) por unit foi aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 3 de outubro de 2007.

A liquidação da oferta ocorreu em 9 de outubro de 2007, tendo sido captados recursos no valor de R\$673.913, dos quais R\$365.217 foram alocados ao capital social e R\$308.696 à reserva de capital. Os recursos líquidos, após o pagamento das comissões aos coordenadores da oferta e demais despesas incorridas foram R\$640.717 e foram utilizados, principalmente, para (i) antecipar o pagamento das linhas de empréstimos e financiamentos, liquidadas em 9 de outubro de 2007, mantidas com a União de Bancos Brasileiros S.A. e o Banco Santander S.A. no montante de R\$80.630 e R\$62.092, respectivamente e (ii) incrementar o saldo de aplicações financeiras em R\$497.995.

Em 23 de outubro de 2007, a Companhia, manifestou ao The Bank of New York, a intenção de resgatar antecipadamente 35% do valor total do *Senior Notes* emitido em fevereiro de 2007, conforme previsto na cláusula contratual, assim como a reversão no mesmo percentual do contrato de derivativo - *swap* constituído para a proteção do principal referido *Senior Notes*. Em consequência, o valor de R\$139.486 foi reclassificado do passivo não circulante para o passivo circulante.

Em 6 de novembro de 2007, o Conselho de Administração aprovou o aumento de capital, no montante de R\$54.782, mediante a emissão de 3.260.868 ações ordinárias e 6.521.736 ações preferenciais, todas escriturais e sem valor nominal, representadas por 3.260.868 certificados de depósito de ações (*units*), com exclusão do direito de preferência dos acionistas da Companhia, referentes ao exercício de opção de subscrição ou aquisição de *Units* outorgada pela Companhia ao Banco UBS Pactual S.A., nos termos do artigo 24, *caput*, da Instrução nº CVM nº 400/03, sendo que o preço unitário de emissão das *Units* no valor de R\$31 (trinta e um reais), de acordo com o disposto no artigo 170, §1º, inciso III, da Lei 6.404/76 e no artigo 44 da Instrução CVM nº. 400/03, nas mesmas condições e preço unitário das *units* inicialmente ofertadas. O exercício desta opção de lote suplementar elevou o montante da oferta em R\$101.087.

---